



**ATITUDES E EXPERIÊNCIAS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA POR
PARCEIRO ÍNTIMO CONTRA AS MULHERES**

ANA CAROLINA DOS ANJOS VIDEIRA

Orientador de Dissertação
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ORNELAS

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:
MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Lisboa
2024/2025

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Prof. Doutor José Ornelas, apresentada no Ispa – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

A concretização desta tese representa muito mais do que o fim de um percurso académico – é o reflexo de um caminho construído com o apoio, o conhecimento e o carinho de tantas pessoas e instituições que, de formas únicas, deixaram a sua marca neste trabalho.

Ao Professor José Ornelas, expresso o meu agradecimento. Obrigada pelas conversas inspiradoras e pela forma como partilhou as suas ideias e experiências.

À Professora Maria João Moniz, deixo um agradecimento especial. A sua disponibilidade e a sua orientação nos momentos mais incertos foram fundamentais.

Aos meus colegas de seminário, obrigada por todas as partilhas e por me lembrarem que mesmo um processo solitário como o da escrita de uma tese pode ser vivido em comunidade. O vosso apoio e o espírito de entreatajuda tornaram o caminho mais leve.

Aos meus colegas de trabalho, obrigada pela compreensão e pelo constante incentivo, que me permitiram sentir momentos de pausa e alívio face às exigências académicas

Às minhas amigas, que sempre caminharam ao meu lado em várias etapas da vida, obrigada por mais uma vez estarem presentes. Sou muito grata por me lembrarem, sempre, que nenhum sonho é demasiado grande quando se tem com quem partilhá-lo.

À minha mãe, obrigada por acreditares em mim mesmo quando eu duvidava. A tua fé inabalável e o teu amor constante foram o colo e a força que me sustentaram ao longo deste caminho.

À minha avó e ao meu querido avô, que vive agora na minha memória, obrigada por me ensinarem que cada pequeno passo tem valor.

Ao meu pai, obrigada por todos os ensinamentos e pelas tuas palavras que, de forma simples e firme, me lembram sempre: “tu vais conseguir”.

Ao meu irmão, obrigada por estares sempre presente, mesmo quando o tempo e a distância tentam o contrário. És e serás sempre uma inspiração para mim.

Ao meu namorado, obrigada por todas as palavras de conforto, pela paciência infinita e por me estenderes a mão sempre que o cansaço se fazia sentir. A tua presença foi o meu refúgio em dias de dúvida.

Este trabalho leva o meu nome, mas carrega em cada página um bocadinho de todos vós. Obrigada por serem parte desta caminhada.

Resumo

Partindo da premissa de que compreender as crenças, percepções e vivências masculinas é essencial para a prevenção da violência por parceiro íntimo (VPI) contra as mulheres, o presente estudo teve como objetivo analisar de que forma as atitudes e experiências dos homens se relacionam com a legitimação e a prevalência de diferentes formas de violência. Procurou-se igualmente explorar a influência de variáveis sociodemográficas - nomeadamente a idade e a escolaridade - sobre a forma como os homens interpretam e experienciam situações de VPI.

Trata-se de um estudo quantitativo de natureza exploratória, desenvolvido através da aplicação de um questionário online composto pelas escalas *Attitudes Toward Dating Violence Scale* (Price et al., 1999) e *Severity of Violence Against Women Scale* (Marshall, 1992). Participaram 108 homens portugueses, com idades compreendidas entre os 20 e os 69 anos.

Os resultados evidenciaram uma maior legitimação da violência psicológica, comparativamente às formas física e sexual, bem como a predominância de comportamentos de controlo nas experiências relatadas. Observou-se que os participantes de idade mais avançada tendem a apresentar maior tolerância face à violência psicológica e a comportamentos de controlo, sugerindo a persistência de crenças e normas tradicionais de género associadas à dominação masculina.

Estes resultados apontam para a relevância de intervenções preventivas centradas na reflexão sobre masculinidade e nas dinâmicas de poder nas relações íntimas. Promover uma educação relacional crítica e equitativa poderá contribuir para desconstruir crenças patriarcais e reduzir a legitimação de comportamentos coercivos, reforçando o compromisso social com a igualdade e a prevenção da violência.

Palavras-chave: violência por parceiro íntimo; violência contra mulheres; atitudes masculinas e experiências masculinas.

Abstract

Starting from the premise that understanding men's beliefs, perceptions, and experiences is essential for preventing intimate partner violence (IPV) against women, the present study aimed to analyze how men's attitudes and experiences relate to the legitimization and prevalence of different forms of violence. It also sought to explore the influence of sociodemographic variables - namely age and education - on how men interpret and experience situations of IPV.

This is a quantitative, exploratory study conducted through an online questionnaire composed of the Attitudes Toward Dating Violence Scale (Price et al., 1999) and the Severity of Violence Against Women Scale (Marshall, 1992). A total of 108 Portuguese men participated, aged between 20 and 69 years.

The results showed greater legitimization of psychological violence compared to physical and sexual forms, as well as a predominance of controlling behaviors in the experiences reported. It was observed that older participants tended to display greater tolerance toward psychological violence and controlling behaviors, suggesting the persistence of traditional gender beliefs and norms associated with male domination.

These findings highlight the relevance of preventive interventions focused on reflecting upon masculinity and power dynamics within intimate relationships. Promoting critical and equitable relational education may help deconstruct patriarchal beliefs and reduce the legitimization of coercive behaviors, reinforcing social commitment to equality and the prevention of violence.

Keywords: Intimate partner violence; violence against women; male attitudes and experiences.

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento teórico.....	2
Atitudes, experiências e violência por parceiro íntimo.....	2
Masculinidade hegemónica e violência por parceiro íntimo.....	8
Misoginia e violência por parceiro íntimo.....	11
Privilégio, socialização masculina e violência por parceiro íntimo.....	14
Cultura, masculinidade e violência por parceiro íntimo.....	17
Método de Investigação.....	20
Objetivos do Estudo e Questões de Investigação.....	20
Delineamento.....	20
Participantes.....	21
Instrumentos.....	22
Procedimento.....	23
Análise de Dados.....	24
Resultados.....	25
Reflexão, Prevenção e Controlo.....	29
Atitudes dos homens em relação à violência por parceiro íntimo.....	30
Experiências dos homens em relação à violência por parceiro íntimo.....	31
Relação entre atitudes e experiências e características sociodemográficas.....	31
Discussão.....	34
Conclusão.....	39
Referências.....	42
Anexos.....	52

Lista de Tabelas

Tabela 1. Principais fatores que influenciam atitudes e experiências.....	7
Tabela 2. Estatísticas descritivas da caracterização sociodemográfica da amostra.....	21
Tabela 3. Estatísticas Descritivas dos Itens da Escala ATDVS.....	59
Tabela 4. Medidas de ajustamento do modelo de medida (Escala ATDVS).....	25
Tabela 5. Pesos Fatoriais Padronizados e Fiabilidade dos Itens da Escala ATDVS.....	64
Tabela 6. Validade Discriminante Escala ATDVS.....	27
Tabela 7. Consistência Interna Escala ATDVS.....	28
Tabela 8. Consistência Interna das Dimensões das Experiências.....	28
Tabela 9. Estatísticas Descritivas dos Itens das Dimensões Ameaças, Atos e Controlo.....	66
Tabela 10. Estatísticas descritivas dos itens Reflexão, Prevenção e Intervenção.....	30
Tabela 11. Estatísticas descritivas das dimensões da Escala ATDVS.....	30
Tabela 12. Estatísticas descritivas das dimensões Ameaças, Atos e Controlo.....	31
Tabela 13. Comparação das dimensões da ATDVS em função do grau de ensino.....	32
Tabela 14. Comparação das dimensões da ATDVS em função da idade.....	32
Tabela 15. Comparação das dimensões Ameaças, Atos, Controlo em função do grau de ensino....	33
Tabela 16. Comparação das dimensões Ameaças, Atos, Controlo em função da idade.....	33

Lista de Figuras

Figura 1. Análise Fatorial Confirmatória – ATDVS.....	26
---	----

Introdução

O presente estudo tem como foco a análise das atitudes e experiências de homens relativamente à violência por parceiro íntimo (VPI) contra mulheres, procurando compreender de que modo estas dimensões contribuem para a sua legitimação e perpetuação. A literatura tem evidenciado que a VPI deve ser entendida como um fenómeno complexo, que ultrapassa o nível interpessoal e individual, refletindo normas sociais e culturais que legitimam a desigualdade de género e reforçam a manutenção do poder masculino (Flood & Pease, 2009; Heise, 1998). Neste sentido, as atitudes masculinas acerca dos papéis de género e das relações de poder influenciam diretamente a forma como a violência é percebida, justificada ou naturalizada (Connell et al., 2005; Murnen et al., 2007).

A aceitação de mitos de violação, a legitimação da violência e a valorização da masculinidade hegemónica estão associadas a uma maior propensão para adotar comportamentos abusivos (Anderson et al., 2004). Desta forma, é importante analisar não apenas as atitudes, mas também as experiências autorreferidas por homens - isto é, comportamentos de controlo, ameaças e/ou atos de violência em que já estiveram envolvidos. Assim, a articulação entre atitudes e experiências fornece uma visão mais ampla sobre os mecanismos de reprodução deste tipo de violência, permitindo compreender de que modo normas internalizadas se traduzem em ações quotidianas que perpetuam a desigualdade e a vitimização (Flood & Pease, 2009; Kaufman, 1994).

A literatura sublinha igualmente que fatores estruturais, como a desigualdade de género, o privilégio masculino e a permissividade comunitária reforçam este ciclo, influenciando não apenas as atitudes individuais, mas também a legitimidade social atribuída às práticas violentas (Mankowski & Maton, 2010). Estes enquadramentos sociais condicionam as respostas institucionais e comunitárias, muitas vezes minimizando a responsabilidade dos agressores e reforçando a culpabilização das vítimas (Peters, 2008; Flood & Pease, 2009). Assim, sem integrar as múltiplas dimensões - individuais, relacionais e estruturais - a compreensão da VPI permanece incompleta e as intervenções tornam-se insuficientes para promover mudanças duradouras (Heise, 1998).

Desta forma, pretende-se contribuir para a (re)formulação de estratégias de prevenção que, para além de protegerem as mulheres, envolvam também os homens como agentes centrais na desconstrução da violência e na promoção da igualdade de género (Flood & Pease, 2009; Heise, 1998; Kaufman, 1994; Mankowski & Maton, 2010).

Enquadramento teórico

1. Atitudes, experiências e violência por parceiro íntimo

A violência por parceiro íntimo (VPI) refere-se a um conjunto de comportamentos abusivos praticados por um parceiro ou ex-parceiro, englobando agressões psicológicas, físicas, sexuais ou financeiras, que afetam a integridade, segurança e autonomia da vítima (Adams & Beeble, 2019).

A VPI não deve ser vista somente como um conjunto de ações pessoais, mas sim como uma expressão de sistemas mais amplos de poder e normas culturais que validam a dominação masculina e a submissão feminina (Heise, 1998; Connell et al., 2005). Desta forma, as atitudes e experiências de homens relativamente à VPI contra mulheres constituem determinantes centrais na legitimação e perpetuação social destes comportamentos (Flood & Pease, 2009). Não se trata apenas de representações individuais, mas de construções que moldam os modos de perceção, interpretação e racionalização da violência, ao mesmo tempo que alimentam mecanismos socioculturais responsáveis pela sua reprodução, naturalização e invisibilização no tecido social (Flood & Pease, 2009). Neste quadro, Flood e Pease (2009) salientam que tais atitudes operam em três domínios interdependentes: (a) a perpetuação da violência, (b) as respostas e estratégias de resistência das vítimas e (c) as reações da comunidade e as reações institucionais.

Neste processo, normas de género tradicionais e ideologias patriarcais desempenham um papel estruturante, na medida em que legitimam a supremacia masculina e influenciam de forma decisiva a forma como a violência é percecionada, tolerada, sancionada ou silenciada em distintos contextos socioculturais (Murnen et al., 20027). Importa sublinhar que não é o sexo em si, mas antes as orientações de género que configuram diferentes compreensões da violência contra as mulheres (De Judicibus & McCabe, 2001). Ou seja, as atitudes tradicionais relativas a papéis de género, sobretudo entre homens, associam-se a níveis mais elevados de aceitação e da prática de comportamentos violentos (White & Kurpius, 2002). Pelo contrário, perspetivas de género igualitárias correlacionam-se com uma rejeição mais firme da violência, maior reconhecimento das vítimas e uma responsabilização acrescida dos agressores (Berkel et al., 2004).

No que diz respeito à perpetuação da violência, atitudes que validam ou vulgarizam a violência aumentam significativamente a probabilidade de comportamentos abusivos, tanto a nível individual quanto coletivo (Flood & Pease, 2009). Homens que se identificam com ideais rígidos

de masculinidade, privilégios de gênero ou atitudes hostis e sexistas revelam uma propensão acrescida para a prática de violência conjugal e sexual (Heise, 1998). Esta associação é igualmente evidente em populações juvenis, onde a adesão a atitudes que normalizam a violação se encontra fortemente ligada à maior probabilidade de recurso à coerção sexual (Anderson et al., 2004). Corroborando esta tendência, uma meta-análise de Murnen et al. (2007) identificou associações significativas entre ideologias masculinas tradicionais e agressão sexual, reforçando a consistência da relação entre sexismo, estruturas patriarcais, atitudes hostis e violência nas relações íntimas contra mulheres.

Além do efeito direto nos agressores, as atitudes de gênero afetam, de forma indireta, a vivência das vítimas (Flood & Pease, 2009). De acordo com Flood e Pease (2009), normas sociais que sustentam a culpabilização, a vergonha e o silêncio atuam como obstáculos importantes à busca de apoio e à denúncia da violência. Representações estereotipadas e limitantes sobre o que define violência dificultam que várias mulheres reconheçam e nomeiem as suas experiências pessoais como abusivas, sendo uma das principais razões para que casos de VPI não cheguem a ser denunciados oficialmente. A ausência da denúncia pode dever-se ao facto de que muitos incidentes não se encaixem no estereótipo cultural de “violação real” - frequentemente relacionado a agressões feitas por estranhos, em locais públicos, com uso de força física ou armas, resultando em ferimentos visíveis (Lievore, 2003). Situações que não se ajustam a este padrão costumam não ser vistas como vitimização criminal, a menos que incluam restrição de liberdade, ameaças à integridade física e/ou psicológica (Lievore, 2003).

Ainda, o medo da reação da sociedade é um impedimento crucial: diversas vítimas têm receio de serem responsabilizadas por familiares e amigos, enfrentarem (Kingsnorth & MacIntosh, 2004). No entanto, não existem dados de que os próprios valores ou atitudes das mulheres tenham impacto causal sobre o risco de serem vítimas, portanto, destacar essa ideia seria equivalente a responsabilizar a vítima (Anderson et al., 2004). Mulheres que incorporam visões convencionais de gênero ou que não veem suas experiências como formas de violência costumam assumir mais responsabilidade pelos abusos que sofrem, encontrando maiores dificuldades para quebrar ciclos de vitimização (Harris et al., 2005). Esta dinâmica demonstra que o efeito das atitudes de gênero vai além das ações dos agressores, influenciando também as reações das vítimas e afetando a percepção social da violência e contribuindo para a manutenção de contextos de silenciamento, que

limitam o acesso a mecanismos de proteção e dificultam a efetividade das estratégias de intervenção (Harris et al., 2005; Lievore, 2003).

Além disso, as atitudes e experiências partilhadas no seio das comunidades exercem um papel determinante na forma como a VPI contra mulheres é compreendida, interpretada e enfrentada (Pavlou & Knowles, 2001). Aspectos como a pressão e a influência de pares podem reforçar comportamentos abusivos, sobretudo quando os homens percebem que os seus grupos sociais legitimam ou apoiam práticas de dominação e controlo (Flood & Pease, 2009). Paralelamente, normas sociais que minimizam a gravidade da violência ou que culpabilizam as vítimas condicionam as respostas de familiares, amigos e vizinhos, conduzindo frequentemente a reações de indiferença ou apoio insuficiente às mulheres em situação de violência (Pavlou & Knowles, 2001).

Como podemos observar na **Tabela 1**, Flood & Pease (2009) identificam dois fatores centrais nesse processo: género e cultura. O género refere-se a um conjunto de normas e papéis sociais que moldam as expectativas atribuídas a homens e mulheres (Davis & Liddell, 2002; De Judicibus & McCabe, 2001). Um dos resultados mais consistentes da investigação é a existência de uma diferença significativa entre géneros relativamente às atitudes perante a violência contra as mulheres, frequentemente designada como *gender gap* (Anderson & Swainson, 2001). Os homens, em comparação com as mulheres, tendem a concordar em maior proporção com mitos associados à violação, reconhecem uma gama mais restrita de comportamentos como violentos, apresentam níveis mais baixos de empatia pelas vítimas, atribuem-lhes maior responsabilidade e minimizam os danos resultantes da violência (White & Kurpius, 2002).

Este padrão de diferenciação de género foi documentado em populações universitárias na Austrália. Num estudo nacional com 5.000 jovens australianos, verificou-se que 14% dos rapazes, em contraste com apenas 3% das raparigas, concordaram com a afirmação de que “seria aceitável um rapaz obrigar uma rapariga a ter relações sexuais caso ela tivesse demonstrado interesse” (National Crime Prevention, 2001). Estes resultados evidenciam que atitudes favoráveis à violência estão associadas a conceções conservadoras de género, como a crença na superioridade masculina, a perceção de que os impulsos sexuais masculinos são incontrolláveis ou a noção de consentimento implícito no casamento ou em relações íntimas (Straton, 2002). Em contrapartida, as mulheres tendem a apresentar níveis mais baixos de culpabilização das vítimas (De Judicibus & McCabe, 2001).

Indivíduos com perspectivas mais igualitárias sobre o gênero tendem a rejeitar justificações da violência, a reconhecer uma diversidade mais ampla de comportamentos como abusivos, a responsabilizar os agressores pelas suas ações e a oferecer maior apoio às vítimas (Berkel et al., 2004). Portanto, a principal variável que explica a tolerância à violência contra as mulheres são as crenças que os indivíduos têm sobre os papéis de gênero: quanto mais conservadoras estas crenças, maior a tendência para a justificção ou minimização da violência; quanto mais igualitárias, maior a rejeição da violência e o apoio às vítimas (Davis & Liddell, 2002).

Relativamente à cultura, compreendem-se dimensões como classe social, etnia e condições socioeconômicas, abrangendo desigualdades sociais que não se reduzem ao gênero (Flood & Pease, 2009). Neste sentido, normas comunitárias tradicionais, desvantagens econômicas e níveis mais baixos de escolaridade estão associadas a uma maior permissividade face à violência contra as mulheres, atuando em múltiplos níveis sociais, desde o individual até ao coletivo (Markowitz, 2003). Por exemplo, indivíduos inseridos em contextos econômicos mais precários ou em bairros com maior incidência de violência tendem a apresentar atitudes mais tolerantes em relação a comportamentos violentos, refletindo tanto experiências pessoais de exposição à violência como fatores estruturais e sociais que a intensificam (Markowitz, 2003).

Além das condições econômicas, diferenças culturais ligadas à etnia ou à origem nacional também influenciam a forma como se percebem comportamentos violentos e a atribuição de responsabilidade às vítimas (Kennedy & Gorzalka, 2002). Desta forma, a análise ao nível cultural deve considerar as interseções complexas entre etnia, classe, gênero e outras formas de diferença social, já que estas dimensões moldam simultaneamente atitudes e experiências relacionados com a VPI (Stubbs, 2003).

Segundo Flood & Pease (2009), existem ainda 4 fatores fundamentais que influenciam a VPI (**Tabela 1**).

No plano individual, a exposição à violência, seja por experiência direta ou pela observação de agressões durante a infância, aumenta a probabilidade de adoção de atitudes favoráveis à violência, com efeitos particularmente evidentes nos homens (Markowitz, 2001). Segundo Markowitz (2001), tais experiências promovem a internalização de normas e crenças que facilitam comportamentos agressivos na idade adulta, inclusive nas relações íntimas. Entre os rapazes, os efeitos da vivência ou observação de violência são mais consistentes, traduzindo-se numa maior tendência para justificar e praticar comportamentos violentos, enquanto nas raparigas os efeitos

são menos claros ou apresentam resultados inconsistentes (Abbey et al., 2004). A idade constitui também um fator relevante na configuração de atitudes individuais face à violência. Rapazes e jovens adultos apresentam maior propensão para defender normas que toleram a violação, refletindo a influência da socialização pelos pares e a menor exposição a contextos educativos que promovem valores igualitários (Aromaki et al., 2002).

No âmbito organizacional, instituições desportivas, residências universitárias, forças militares ou comunidades religiosas podem reforçar normas que favorecem a violência por meio da segregação de género, do consumo de álcool, da socialização entre indivíduos do mesmo sexo e da utilização de pornografia (Godenzi et al., 2001). Em ambientes predominantemente masculinos, como equipas desportivas coletivas ou fraternidades universitárias, estas práticas consolidam normas que toleram a violência contra mulheres, incentivando a objetificação feminina, a demonstração de masculinidade e a competição sexual entre pares (Humphrey & Kahn, 2000). Ainda, segundo Godenzi et al. (2001), mecanismos como a socialização em grupo, a identificação com o coletivo, o compromisso com estruturas patriarcais e a auto-seleção contribuem para a manutenção de atitudes e comportamentos violentos. Por outro lado, contextos educativos e profissionais, como a educação superior ou áreas relacionadas com a saúde mental, tendem a promover atitudes mais igualitárias e progressistas (Bryant, 2003).

Ao nível comunitário, grupos de pares e redes sociais homosociais (socialização entre pessoas do mesmo sexo) desempenham um papel crucial na formação de atitudes face à violência contra as mulheres (Schwartz & DeKeseredy, 1997). A convivência em círculos masculinos pode aumentar a tolerância à violência, pois normas coletivas que legitimam o abuso são reforçadas nesses contextos (Sellers et al., 2005).

No plano social, os meios de comunicação, as políticas públicas e os movimentos sociais desempenham um papel crucial na construção de normas e na orientação de atitudes em relação à violência baseada no género (VPI) (Flood & Pease, 2009). A exposição a material pornográfico com conteúdo violento, bem como a representações mediáticas estereotipadas, contribui para a consolidação de conceções erróneas sobre violação e para a dessensibilização do público perante a violência sexual (Malamuth et al., 2000).

Adicionalmente, outros meios de comunicação de massa, como a televisão, cinema, música e videojogos com conteúdo agressivo, funcionam como poderosos agentes de socialização, difundindo estereótipos de género e legitimando comportamentos violentos o que,

simultaneamente, molda esquemas cognitivos e predisposições comportamentais, sobretudo entre os jovens (Funk et al., 2004). Em contrapartida, uma abordagem mediática responsável, aliada a campanhas educativas estratégicas, pode operar como um mecanismo de prevenção, promovendo uma leitura crítica da violência e reforçando normas sociais de não-violência (Donovan & Vlais, 2005).

Não obstante, intervenções educativas estruturadas em ambientes escolares, universitários ou comunitários de duração prolongada e de diversidade metodológica, evidenciam eficácia na promoção de transformações sustentadas de atitudes e experiência, especialmente entre populações masculinas (Flood & Pease, 2009).

Tabela 1. Principais fatores que influenciam atitudes e experiências

Nível	Fatores / Influências	Impacto nas atitudes e experiências
Meta fator: Gênero	Papéis tradicionais, dominância masculina, mitos de violação	Maior tolerância à violência, culpabilização da vítima
Meta fator: Cultura	Classe, etnia, normas comunitárias, status socioeconómico	Normas sociais moldam percepção e aceitação da violência
Individual	Experiências de violência, idade, cultura de pares	Maior risco de endosso e perpetuação da violência
Organizacional	Contextos desportivos, militares, universitários	Ambientes que reforçam ou reduzem atitudes pró-violência
Comunitário	Grupos de pares, redes sociais	Normas de pares aumentam risco de abuso
Social	Meios de comunicação, políticas, movimentos sociais	Normalização ou rejeição da violência

(Flood & Pease, 2009)

2. Masculinidade hegemónica e violência por parceiro íntimo

O conceito de masculinidade hegemónica, segundo Connell et al. (2005), refere-se à forma socialmente mais valorizada de ser homem, geralmente associada a atributos como autoridade, valorização da heterossexualidade como norma, autocontrolo emocional e dominação sobre as mulheres. Esta configuração dominante não apenas legitima a subordinação feminina, como também marginaliza outras formas de masculinidade consideradas subordinadas ou desviantes. A sua concretização verifica-se em diferentes níveis: ao nível macro, enquanto ideal cultural disseminado por instituições sociais e meios de comunicação; ao nível meso, em contextos institucionais e organizacionais específicos; e ao nível micro, através das interações quotidianas e da adaptação a contextos locais (Connell et al., 2005).

A análise da masculinidade hegemónica enquanto ideal cultural tem evidenciado, por exemplo, como os media moldam representações de masculinidade ao longo do tempo (Anahita & Mix, 2006). Esta abordagem, ao nível macro, sublinha que a masculinidade é um conjunto de práticas sociais interligadas com estruturas culturais, económicas e políticas, e não apenas um conjunto de traços individuais (Connell et al., 2005).

Paralelamente, ao nível micro, a construção da masculinidade está também relacionada à identidade e à subjetividade masculina. Connell (2005) argumenta que a forma de ser homem se articula através de práticas sociais e através de interações, nas quais os homens procuram manter autoridade e reconhecimento. Anderson & Umberson (2001) demonstram que homens que cometem violência contra mulheres frequentemente o fazem quando percebem que o seu sentido de masculinidade tradicional - por exemplo, ser o provedor ou ter as suas necessidades implícitas satisfeitas por mulheres - está ameaçado. Desta forma, estas expectativas, fundamentadas na superioridade cultural do homem relativamente à mulher, constituem condições psicológicas que podem conduzir à escolha da violência como meio de reafirmar poder e controlo.

A supressão emocional também representa um fator central na relação entre masculinidade e VPI. Homens que recorrem à violência tendem a reprimir os seus sentimentos de forma mais intensa do que aqueles que não praticam comportamentos agressivos (Anderson & Umberson, 2001). Emoções como vergonha, humilhação ou constrangimento, particularmente em situações em que a autoridade ou o prestígio masculino é percebido como ameaçado, podem ser convertidas em raiva dirigida às mulheres, funcionando como um mecanismo de reafirmação do poder

masculino (Retzinger, 1991). Este processo é amplificado por normas culturais que toleram ou até justificam a expressão da raiva masculina como resposta aceitável a frustrações, enquanto simultaneamente desencorajam a manifestação de vulnerabilidade emocional (Averill, 1993). Além disso, a falta de empatia para com as mulheres facilita a concretização de atos violentos, uma vez que sentimentos de culpa ou remorso são frequentemente suprimidos ou minimizados (Anderson & Umberson, 2001). Deste modo, a repressão emocional não apenas contribui para a violência, como também se insere num padrão mais amplo de normas de género que associam masculinidade à invulnerabilidade, ao controlo e à autoridade sobre as mulheres.

Estas dinâmicas tornam-se particularmente evidentes no contexto dos programas de intervenção com agressores (*Batterer Intervention Programs* – BIPs). Schrock e Padavic (2007) demonstram que os homens frequentemente utilizam discursos alinhados com a masculinidade hegemónica, apresentando-se como trabalhadores esforçados, pais sacrificados ou parceiros incompreendidos. Estes discursos funcionam como mecanismos de autoproteção simbólica, permitindo que os participantes mantenham uma imagem de responsabilidade sem alterar efetivamente comportamentos ou atitudes violentas. Além disso, os moderadores de BIPs, mesmo sem intenção explícita, frequentemente reforçam estas práticas ao permitir que os participantes monopolizem sessões com narrativas centradas na sua identidade enquanto homens dedicados e responsáveis (Schrock & Padavic, 2007). Estes padrões de autoapresentação alinham-se com atributos valorizados na masculinidade hegemónica e atuam como barreiras à introspeção, reconhecimento da violência e desenvolvimento de empatia pelas vítimas (Connell et al., 2005; Schrock & Padavic, 2007).

Ainda, a flexibilidade da masculinidade hegemónica é evidente em diferentes contextos institucionais e organizacionais. Dellinger (2004) ilustra esta variação ao comparar dois grupos de contabilistas: em organizações feministas, os homens rejeitavam verbalmente princípios de igualdade de género como forma de afirmar a sua masculinidade num ambiente percebido como ameaçador; em revistas pornográficas heterossexuais, distanciavam-se retoricamente de comportamentos associados a leitores de classe trabalhadora, construindo uma masculinidade “respeitável” e controlada. Skelton (1997) encontrou padrões semelhantes em contextos escolares, nos quais rapazes de comunidades desfavorecidas valorizavam agressão e assédio a raparigas, enquanto rapazes de classes médias enfatizavam desempenho desportivo. Desta forma, é notório

que a hegemonia masculina é localmente construída, sendo moldada por fatores organizacionais, sociais, de classe e por interações face a face (Connell et al., 2005).

Assim sendo, a masculinidade hegemónica deve ser compreendida como um processo simbólico e interacional, em que os homens procuram reconhecimento através de práticas que podem reproduzir ou contestar o poder masculino (Schwalbe et al., 2000). Esta perspetiva explica a razão pela qual certos comportamentos violentos se mantêm mesmo existindo programas educativos ou de intervenção formal, pois estes não alteram as normas que legitimam o controlo e a autoridade masculina (Schrock & Padavic, 2007; Connell et al., 2005).

A persistência da violência, mesmo após a participação em BIPs, relaciona-se frequentemente com a superficialidade das intervenções tradicionais. Estes programas focam-se principalmente na modificação de comportamentos observáveis, sem abordar as normas e crenças subjacentes que sustentam a violência, o que explica a reincidência elevada (Schrock & Padavic, 2007). Ou seja, se os programas reforçam ideologias tradicionais de género, promovendo invulnerabilidade emocional e legitimando a autoridade masculina, acabam por consolidar uma forma de masculinidade associada à violência, em vez de a transformar.

Para uma transformação efetiva, Deutsch (2007) e Flood e Pease (2019) defendem que as intervenções devem incluir reflexão crítica sobre normas de género e sobre os impactos negativos que produzem em relações íntimas. Deste modo, os moderadores devem reconhecer e identificar momentos em que os participantes reproduzam práticas associadas à masculinidade violenta promovendo simultaneamente uma reflexão crítica, fomentando mudanças duradouras sem recorrer à humilhação ou ao constrangimento (Deutsch, 2007).

Nesta perspetiva, compreender a masculinidade hegemónica como um processo em constante transformação e moldado socialmente permite analisar não apenas os comportamentos violentos, mas também as condições sociais que os tornam possíveis (Connell et al., 2005). Esta perspetiva evidencia como as atitudes e experiências masculinas se desenvolvem e se mantêm, revelando os mecanismos através dos quais o poder masculino se reproduz, contesta ou transforma. Tal abordagem é essencial para conceber intervenções que incidam não apenas sobre comportamentos, mas também sobre identidades masculinas e normas que sustentam a violência por parceiro íntimo (Schrock & Padavic, 2007; Flood & Pease, 2009).

3. Misoginia e violência por parceiro íntimo

As atitudes masculinas que sustentam a violência, conforme descritas por Flood e Pease (2009), refletem as normas de gênero tradicionais e as ideologias patriarcais que legitimam a dominação masculina.

Estas normas promovem comportamentos e expectativas sociais que naturalizam a autoridade dos homens e justificam a subordinação das mulheres (Leone & Parrott, 2019). A sua influência não se limita ao plano simbólico ou discursivo, estruturando práticas sociais quotidianas e moldando o processo de socialização de gênero e as identidades masculinas desde a infância. Através da família, da escola, dos meios de comunicação social e das instituições religiosas, os meninos e os rapazes são expostos a mensagens que associam a masculinidade à força, ao controlo, à assertividade e ao domínio (Hird & Jackson, 2001; Murnen & Kohlman, 2007). Deste modo, o poder masculino é construído como a norma, e a autoridade dos homens é apresentada como inevitável e legitimada socialmente (Mankowski & Maton, 2010).

Neste sentido, Blake et al. (2021) demonstram que estas normas, ao serem internalizadas, conduzem os homens a associar o poder, o controlo e o prestígio social à sua capacidade de dominar as mulheres, reforçando, assim, as hierarquias patriarcais. Esta estrutura simbólica e normativa gera um contexto social no qual os comportamentos abusivos não são apenas racionalizados, mas também legitimados, na medida em que a violência deixa de ser concebida como uma mera transgressão individual e passa a ser interpretada como um mecanismo de manutenção da suposta “ordem natural” nas relações de gênero (Heise, 1998).

A American Psychological Association (2020) define a misoginia como um conjunto de atitudes e crenças que expressam rejeição e desprezo pelas mulheres, frequentemente manifestadas através de comportamentos hostis, objetificação sexual e reforço da dominação masculina. Neste sentido, Leone e Parrott (2019) salientam que os homens que adotam visões hostis ou misóginas revelam uma maior propensão para se envolverem em agressões físicas e sexuais contra mulheres, demonstrando que a misoginia constitui um fator de risco significativo para a VPI (Herrero et al., 2017).

Neste enquadramento, Rottweiler et al. (2023) sublinham que a manifestação da misoginia é complexa e multifacetada, ocorrendo em múltiplos níveis de interação social. Assim, este fenómeno não se limita ao espaço doméstico, estendendo-se também a esferas públicas e digitais.

Um exemplo paradigmático é o das comunidades online de *incels* - homens que se autodefinem como celibatários involuntários, frustrados pela sua incapacidade de estabelecer relações românticas ou sexuais e que atribuem essa realidade a uma suposta injustiça cometida pelas mulheres (Sugiura, 2021). Nestes contextos, a misoginia é articulada ideologicamente através de narrativas que transformam a frustração pessoal em hostilidade coletiva, legitimando a agressão como resposta à percepção da violação dos “direitos” masculinos (Rottweiler et al., 2023).

Blake et al. (2021) corroboram esta análise ao demonstrarem, num estudo empírico, que a prevalência de linguagem misógina em publicações digitais - nomeadamente em *tweets* - está significativamente correlacionada com taxas mais elevadas de violência contra as mulheres. Os autores identificaram que a difusão de discursos hostis em plataformas online não só reproduz normas de género opressivas como também se associa a comportamentos violentos *offline*, reforçando, novamente, a ligação entre misoginia e VPI.

Não obstante, um dos mecanismos centrais através dos quais a misoginia se expressa consiste na aceitação e reprodução de mitos associados à VPI (Blake et al., 2021). De acordo com Peters (2008), estes mitos correspondem a crenças distorcidas mas amplamente disseminadas no tecido social, que desempenham um papel crucial na racionalização e normalização da violência nas relações íntimas. O autor identifica três eixos fundamentais: em primeiro lugar, a atribuição de culpa à vítima - frequentemente expressa em ideias como “ela provocou” ou “permaneceu na relação porque quis”; em segundo lugar, a desculpabilização do agressor, justificando a sua conduta com noções como “perdeu o controlo” ou “estava sob o efeito do álcool”; e, por fim, a desvalorização da gravidade da violência, frequentemente formulada através de expressões como “não foi assim tão grave”. Neste sentido, estas percepções, ao minimizarem a responsabilidade do agressor e ao desvalorizarem a experiência da vítima, contribuem para a manutenção de comportamentos abusivos e reforçam as desigualdades de género que estruturam o sistema patriarcal (Peters, 2008).

Finke (1995) sublinha igualmente a existência de diferenças significativas entre homens e mulheres no que respeita à adesão a mitos sobre a VPI. Segundo o autor, os homens tendem a adotar com maior frequência narrativas que desculpabilizam ou relativizam a conduta do agressor, legitimando implicitamente a violência. Por outro lado, as mulheres tendem a recorrer sobretudo a discursos que culpabilizam a vítima - uma estratégia interpretada por Peters (2008) como um

mecanismo psicológico de autopreservação, que lhes permite distanciar-se da possibilidade de vivenciar ou reviver experiências semelhantes.

Para além dos fatores sociais e culturais, as dimensões psicológicas individuais desempenham um papel crucial na explicação da misoginia e da VPI. Seguindo esta perspetiva, Rottweiler et al. (2023) argumentam que características psicológicas específicas, tais como a hipermasculinidade, a motivação para a vingança e o narcisismo coletivo masculino, funcionam como mecanismos de risco que aumentam a probabilidade deste tipo de comportamentos violentos.

A hipermasculinidade consiste numa adesão extrema a normas tradicionais de masculinidade, valorizando a agressividade, o controlo e a objetificação das mulheres, bem como a recusa em manifestar vulnerabilidade. Homens com estas características tendem a interpretar situações desafiantes ou ameaçadoras como oportunidades para afirmar a sua autoridade, frequentemente recorrendo a comportamentos violentos como forma de reafirmar a sua posição social e de género (Mosher & Sirkin, 1984).

A motivação para a vingança emerge de sentimentos de injustiça ou de frustração perante perceções de desrespeito do estatuto masculino. Este impulso de retribuição pode traduzir-se em atos de violência física ou sexual, funcionando como uma forma de restaurar o equilíbrio percebido e reforçar a autoimagem de poder e domínio (Rottweiler et al., 2023).

Por fim, o narcisismo coletivo masculino refere-se à perceção de que o grupo dos homens, ou a própria masculinidade, é especial e merece reconhecimento, mas é insuficientemente valorizado. Este investimento emocional numa imagem grandiosa do grupo gera sensibilidade a ameaças externas, levando a comportamentos hostis direcionados a *outgroups* - sendo as mulheres frequentemente percebidas como representantes dessas ameaças - e ao aumento de atitudes sexistas e de controlo (Golec de Zavala et al., 2019).

A conjugação destes fatores psicológicos explica como alguns homens adotam padrões de violência sistemáticos, em que a misoginia funciona não apenas como hostilidade interpessoal, mas como sistema de crenças que legitima a subordinação feminina e reforça a hierarquia patriarcal (Leone & Parrott, 2019). Assim, a análise integrada de fatores sociais, culturais e psicológicos evidencia que a misoginia constitui um elemento central na explicação da VPI, operando como causa, mecanismo de manutenção e expressão simbólica da desigualdade de género (Heise, 1998).

4. Privilégio, socialização masculina e violência por parceiro íntimo

Existe um paradoxo evidente na experiência masculina: apesar dos homens, como grupo, beneficiarem de um estatuto social privilegiado, também sofrem as consequências negativas associadas à socialização masculina tradicional. As normas que valorizam a força, a independência e o controlo, e que desencorajam a expressão emocional, podem ter efeitos prejudiciais no bem-estar psicológico e nas relações interpessoais (Mankowski & Maton, 2010). Por um lado, os homens ocupam, historicamente, posições dominantes em setores de poder político, económico e mediático, conferindo-lhes vantagens estruturais particularmente visíveis entre homens brancos, heterossexuais e/ou de maior nível socioeconómico. No entanto, os mesmos mecanismos que sustentam esta hierarquia produzem custos significativos não apenas para as mulheres, que continuam a enfrentar discriminação e desigualdade, mas também para os próprios homens. A manutenção de ideais rígidos de masculinidade contribui para a perpetuação de padrões de violência, relações interpessoais marcadas pela dominação e dificuldade em expressar vulnerabilidade, bem como para problemas de saúde física e mental associados ao *stress*, ao isolamento emocional e a comportamentos de risco (Miller & Bell, 1996).

A socialização masculina baseada em valores de competição, agressividade, homofobia, supressão emocional e rejeição do feminino tem sido associada a múltiplos problemas sociais e clínicos. Entre estes, incluem-se a VPI, homicídios, abuso de substâncias, comportamentos de risco e dificuldades relacionais (Krahé & Fenske 2002). De acordo com Mankowski & Maton (2010), os efeitos negativos da masculinidade não decorrem apenas do facto de se ser homem, mas sobretudo do grau de adesão às normas da masculinidade tradicional. Estas normas enfatizam a antifeminilidade, a restrição emocional e a valorização do poder, sucesso e dureza, permitindo, contudo, a expressão da raiva como emoção legítima (O'Neil et al. 1986). Tal seletividade emocional favorece a canalização de frustrações e vulnerabilidades em comportamentos agressivos, reforçando a ligação entre misoginia, atitudes de dominação masculina e VPI contra mulheres (Mahalik et al. 2005).

Estas dinâmicas refletem-se em indicadores objetivos de qualidade de vida: menor esperança média de vida dos homens em relação às mulheres (Kung et al., 2008), taxas mais elevadas de abandono escolar e de suicídio (National Center for Educational Statistics, 2007), bem como um maior envolvimento em crimes violentos e em casos de VPI contra mulheres (U.S.

Bureau of Justice Statistics, 2008). Deste modo, o conceito de conflito de papéis de gênero é entendido como a tensão entre a identidade individual e as expectativas sociais sobre o que significa “ser homem” (O’Neil et al., 1986), evidenciando exigências simultaneamente limitadoras e contraditórias, como a necessidade de ser o responsável pelo sustento da família e, simultaneamente, um pai atento, sensível e emocionalmente disponível (Eisler, 1995).

Kimmel & Mahler (2003) analisam a masculinidade enquanto sistema de privilégio e opressão, destacando que os homens, ao corresponderem às expectativas da masculinidade hegemônica, exercem poder não apenas sobre as mulheres, mas também sobre outros homens que não se enquadram nesse padrão. Este privilégio tende a permanecer invisível, tanto nos discursos midiáticos - que frequentemente descrevem atos de violência masculina em termos neutros, como “violência juvenil” ou “tiroteios escolares” - como na produção científica, historicamente centrada nas mulheres enquanto vítimas, em detrimento da problematização dos homens enquanto agentes de opressão (Ryan, 1971). O paradoxo manifesta-se ainda quando muitos homens relatam sentirem-se impotentes ou desprovidos de poder, consequência da interseção de eixos de desigualdade (classe, etnia, sexualidade, educação) e da própria lógica da masculinidade, que exige violência contra si mesmo através da repressão emocional e da conformidade a normas restritivas (Kaufman, 1994). Kaufman (1985) argumenta que este processo se traduz na interdependência entre três formas de violência - contra si, contra outros homens e contra mulheres - que se reforçam mutuamente.

Apesar de três décadas de investigação sobre homens e masculinidade, as intervenções comunitárias guiadas por estas análises permanecem escassas (Mankowski & Maton, 2010). Enquanto a Psicologia Comunitária tem historicamente focado no indivíduo e negligenciado a dimensão estrutural do privilégio e das normas de masculinidade, a Psicologia Clínica e de aconselhamento avançou na incorporação do gênero masculino na prática terapêutica (Liu 2005; Wester, 2008). Assim, segundo Mankowski & Maton (2010), sem uma abordagem comunitária, apenas alguns homens que internalizaram padrões tradicionais de masculinidade beneficiam de mudanças terapêuticas, enquanto outros - incluindo aqueles que não procuram ajuda individualmente - permanecem expostos às pressões e riscos associados à socialização da masculinidade tradicional. Desta forma, transformar o sistema de opressão de gênero exige mais do que mudanças individuais; requer uma reflexão profunda sobre a masculinidade enquanto construção social e fundamental para a configuração das relações de poder (Mankowski & Maton,

2010). Neste sentido, Jensen (2007) defende que as intervenções devem ir além da mera reformulação dos papéis tradicionais de género, propondo uma desconstrução crítica do próprio conceito de masculinidade e do papel social do homem. Tal abordagem implica questionar os alicerces culturais e institucionais que sustentam o privilégio masculino e a desigualdade de género. Através daquilo a que Lorber (2000) designa por “desgenerificação” da sociedade, procura-se promover uma transformação estrutural que desafie as hierarquias de poder baseadas no género e contribua para prevenir a reprodução de comportamentos violentos, favorecendo relações mais equitativas.

Neste contexto, é ainda fundamental destacar que a masculinidade hegemónica não constitui uma característica universal, mas sim um conjunto de práticas e identidades que emergem como respostas contextualmente situadas às condições locais, incluindo o acesso a recursos e posições sociais (Courtenay, 2000; Lee & Owens, 2002). Homens detentores de privilégios económicos, brancos e heterossexuais tendem a mobilizar formas tradicionais de poder com maior facilidade (Courtenay, 2000), enquanto homens negros, economicamente desfavorecidos ou *queer* encontram barreiras estruturais que limitam a expressão plena da masculinidade hegemónica (Lee & Owens, 2002). Esta desigualdade estrutural implica que os efeitos da masculinidade hegemónica variem substancialmente: para homens pertencentes a grupos marginalizados, as normas tradicionais podem ocasionar *stress*, discriminação ou exclusão social, tornando a experiência da masculinidade mais conflituosa e associada a impactos negativos sobre a saúde, os relacionamentos interpessoais e o bem-estar (Mankowski & Maton, 2010; Courtenay, 2000).

Desta forma, intervenções comunitárias direcionadas à promoção de formas mais saudáveis de masculinidade - incluindo programas de suporte, prevenção da violência e educação na área da saúde - devem ser cuidadosamente contextualizadas, ajustando-se às especificidades culturais, sociais e económicas de cada grupo (Mankowski & Maton, 2010).

Assim, somente ao considerar fatores como a etnia, classe, faixa etária e orientação sexual é possível enfrentar de maneira eficaz os riscos associados às normas tradicionais de masculinidade, proporcionando espaços comunitários que promovam práticas igualitárias e saudáveis (Courtenay, 2000; Mankowski & Maton, 2010). Tais estratégias podem contribuir significativamente para a redução da VPI contra mulheres e para a promoção do bem-estar coletivo (Courtenay, 2000).

5. Cultura, masculinidade e violência por parceiro íntimo: o estudo de Zakar (2013)

A investigação de Zakar (2013) analisou as atitudes e experiências de homens paquistaneses face à VPI, revelando a complexidade do fenómeno no enquadramento cultural local. Conduzida em Lahore e Sialkot, no Paquistão, esta investigação recorreu a entrevistas e a grupos focais, o que permitiu captar não apenas opiniões explícitas, mas também percepções implícitas sobre género, poder e autoridade familiar. A amostra abrangeu homens de diferentes idades, níveis de escolaridade e origens socioeconómicas, possibilitando compreender de que forma variáveis como educação, idade e posição social influenciam as atitudes em relação à VPI (Zakar, 2013).

Os resultados indicaram que grande parte dos participantes sustentava visões essencialistas sobre as mulheres, considerando-as emocionalmente instáveis, menos racionais e, em alguns contextos, incapazes de tomar decisões autónomas (Fikree et al., 2005). Estas percepções eram frequentemente mobilizadas para justificar a supremacia masculina e a necessidade de que o marido assumisse um papel de liderança dentro da família (Ayyub, 2000). Um aspeto particularmente relevante foi a interpretação ambígua da recusa feminina em questões sexuais, que alguns homens entendiam como consentimento implícito, evidenciando a negação da autonomia feminina (Zakar, 2013).

Zakar (2013) observou igualmente que a masculinidade é performativa e socialmente regulada. Em sociedades patriarcais como a paquistanesa, homens considerados submissos ou pouco dominantes eram alvo de desvalorização social, o que os motivava a recorrer a demonstrações públicas de violência para reafirmar autoridade e prestígio. Estas ações nem sempre refletiam a frequência ou intensidade da VPI, mas funcionavam como mecanismos simbólicos de reforço da masculinidade hegemónica perante familiares, vizinhos e membros da comunidade (Zakar, 2013). Tal fenómeno ilustra o carácter interacional da masculinidade, que depende não apenas de práticas privadas, mas também do reconhecimento social entre pares (Connell, 2005).

No que diz respeito ao papel social das mulheres, Zakar (2013) identificou percepções contraditórias. Muitos homens admitiam a participação feminina no mercado de trabalho, mas sob condições restritivas, privilegiando profissões consideradas socialmente seguras, como o ensino em escolas femininas (Ayyub, 2000). Outras profissões que exigiam interação com homens ou

exposição pública eram vistas como desonrosas, refletindo preocupações com a preservação da honra familiar e com a integridade moral das mulheres (Zakar, 2013).

Um conceito central emergente do estudo foi a classificação das “capacidades desejáveis” e “capacidades indesejáveis” das mulheres (Anderson & Umberson, 2001). As primeiras estavam associadas à competência doméstica e à capacidade de apoiar o marido na gestão familiar, enquanto as segundas incluíam iniciativas que desafiassem a autoridade masculina ou que demonstrassem autonomia social ou económica (Ayyub, 2000). Esta dicotomia evidencia que o empoderamento feminino era aceite apenas quando reforçava os objetivos do marido ou não ameaçava a estrutura patriarcal, sublinhando o caráter condicional da modernização e da igualdade de género na sociedade paquistanesa (Zakar, 2013).

Outro ponto relevante foi o uso de eufemismos para descrever atos de violência. Zakar (2013) evidencia que os homens utilizam estratégias linguísticas específicas para minimizar, normalizar ou justificar atos de violência contra as mulheres (Schrock & Padavic, 2007). O emprego de termos eufemísticos, como “*snu*” em substituição de expressões mais explícitas de agressão física, permite aos homens atenuar a percepção social da gravidade dos seus comportamentos violentos (Cavanagh et al., 2001). Esta escolha lexical não é neutra, funcionando como um mecanismo simbólico de exercício de poder: ao controlar a forma como os atos de violência são nomeados e interpretados, os homens conseguem moldar a percepção externa da sua conduta, legitimando-a como necessária ou educativa, e reforçando, simultaneamente, estruturas patriarcais e hierarquias de género no contexto doméstico. Assim, em termos socioculturais, esta prática evidencia que a violência não se manifesta apenas no plano físico, mas também no simbólico e discursivo, demonstrando como o poder masculino se reproduz através da linguagem e da interpretação social dos comportamentos (Cavanagh et al., 2001).

Ainda, a legitimação social da violência é também alimentada pela invisibilidade das suas consequências. Muitos dos participantes no estudo minimizaram o impacto emocional e psicológico da VPI, demonstrando uma compreensão limitada das múltiplas formas de dano que podem advir de práticas abusivas (Fikree et al., 2005). Esta insensibilidade pode ser interpretada como o resultado de uma socialização emocional restrita, onde a empatia é reprimida e a expressão afetiva é associada a uma suposta fraqueza masculina (Anderson & Umberson, 2001). Desta forma, como referido anteriormente, este bloqueio emocional, aliado à ideia de que a mulher deve

suportar o sofrimento em nome da estabilidade familiar, contribui para o silêncio público em torno da VPI e para a sua perpetuação no espaço privado (Flood & Pease, 2009).

Segundo Benson (1985), estes dados empíricos evidenciam a persistência de quadros normativos que sustentam a violência através de mecanismos de racionalização e justificação. Desta forma, a racionalização criminológica permite que os indivíduos legitimem comportamentos socialmente condenáveis através da mobilização de argumentos morais, religiosos ou culturais, o que, segundo Mullaney (2007), revela que os perpetradores de violência íntima tendem a enquadrar os seus comportamentos violentos como atos de correção, proteção da honra masculina ou preservação da estabilidade familiar. Desta forma, estes discursos são frequentemente sustentados por atitudes patriarcais (Flood & Pease, 2009) e por estereótipos de género que associam a masculinidade ao exercício da autoridade coerciva e/ou de controlo.

Além disso, fatores situacionais, como pobreza, desigualdade social e tensões económicas, foram frequentemente usados pelos homens para justificar a violência, deslocando a culpa para as mulheres ou para o contexto social, sem reconhecer a responsabilidade individual (Flood & Pease, 2009). A divisão rural-urbana também moldava as perceções: os homens urbanos, mais escolarizados, tendiam a criticar alguns comportamentos violentos, mas ainda mantinham normas patriarcais de supervisão e autoridade dentro da família (Zakar, 2013).

O estudo de Zakar (2013) vem então reforçar que o contexto cultural e social em que os homens crescem desempenha um papel central na legitimação da VPI. A aprendizagem precoce de que a masculinidade está associada a força, autoridade e controlo sobre a família contribui para a naturalização deste tipo de violência como mecanismo de afirmação da identidade masculina (Ayyub, 2000). Esta ligação entre poder doméstico e prestígio social transmite-se de geração em geração, reforçando normas que enquadram a agressão como prática aceitável para manter a ordem familiar e proteger a honra da mulher e da família (Fikree et al., 2005).

Compreender a VPI implica, assim, ir além da observação dos atos violentos, analisando também as estruturas normativas, as expectativas sociais e os processos culturais que moldam a construção da masculinidade e condicionam a autonomia feminina (Anderson & Umberson, 2001; Cavanagh et al., 2001). Assim sendo, este enquadramento permite situar a VPI num contexto mais amplo de relações de género, mostrando que os comportamentos abusivos estão profundamente enraizados em práticas culturais e sociais que sustentam desigualdades estruturais (Flood & Pease, 2009).

Método de Investigação

Objetivos e Questões de Investigação

O presente estudo centra-se na análise das atitudes e experiências de homens relativamente à violência por parceiro íntimo (VPI) contra mulheres, partindo do reconhecimento de que a compreensão destas dimensões é essencial para o desenvolvimento de estratégias de prevenção mais eficazes e inclusivas (Flood & Pease, 2009).

Desta forma, este trabalho tem como propósito investigar as atitudes e experiências de homens em relação à VPI, procurando compreender como estas dimensões se articulam e variam entre diferentes grupos sociodemográficos. Assim, foram formuladas as seguintes questões de investigação:

- Q1. Quais são as atitudes e experiências dos homens em relação à VPI contra mulheres?
- Q2. Como se manifestam as dimensões Ameaças, Atos e Controlo nas experiências relatadas pelos homens nas suas relações íntimas, e de que forma estas dimensões se relacionam entre si?
- Q3. Como se relacionam as atitudes e experiências entre diferentes grupos sociodemográficos?

Delineamento

O presente estudo caracteriza-se como quantitativo exploratório, utilizando um inquérito por questionário para a recolha de dados. O objetivo principal consiste em analisar as relações entre atitudes e experiências de homens relativamente à violência por parceiro íntimo (VPI) contra mulheres, considerando a forma como estas dimensões se relacionam com a legitimação e perpetuação da violência.

A análise proposta centra-se na exploração das relações entre atitudes e experiências, incluindo a identificação de possíveis padrões que indiquem como crenças misóginas e a internalização de normas de género tradicionais podem contribuir para a perpetuação da VPI. Esta abordagem permite, assim, compreender como fatores individuais e sociais interagem na manutenção da violência, servindo de base para a formulação de estratégias de intervenção e prevenção mais direcionadas.

Participantes

No presente estudo recorreu-se a uma amostragem não probabilística, combinando os métodos de conveniência e de bola de neve. A amostra por conveniência baseia-se na seleção de participantes mais acessíveis ao investigador, enquanto a técnica de bola de neve consiste na indicação, por parte dos primeiros participantes, de outros indivíduos que cumpram os critérios de inclusão definidos (Pais-Ribeiro, 2010). Foram, desta forma, aplicados critérios de exclusão, nomeadamente: (a) sexo feminino, (b) homens com menos de 18 anos, bem como (c) respostas incompletas ou inconsistentes nos questionários. Como podemos observar na **Tabela 2**, participaram no estudo 108 indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 69 anos ($M = 35.23$; $DP = 12.86$). A maioria era de nacionalidade portuguesa ($n = 85$; 78.7%), enquanto 23 participantes (21.3%) tinham outra nacionalidade. Relativamente ao nível de escolaridade, 49 participantes (45.4%) possuíam ensino básico ou secundário, e 59 participantes (54.6%) possuíam ensino superior.

Tabela 2. *Estatísticas descritivas da caracterização sociodemográfica da amostra.*

	n (%)
Idade (anos)	
< 26	39 (36.1)
26 – 44	38 (35.2)
> 44	31 (28.7)
País de Origem	
Portugal	85 (78.7)
Outro	23 (21.3)
Grau de Ensino	
Ensino Básico/Secundário	49 (45.4)
Ensino Superior	59 (54.6)

Instrumentos

Para dar cumprimento aos objetivos propostos, foi elaborado um questionário online composto por três secções principais: um questionário sociodemográfico, destinado à caracterização da amostra, e duas escalas de avaliação - a *Attitudes Toward Dating Violence Scale* (ATDVS) (Price et al., 1999) e a *Severity of Violence Against Women Scale* (SVAWS) (Marshall, 1992) - conforme apresentado no **Anexo A**. As duas escalas foram selecionadas por avaliarem dimensões complementares das atitudes e experiências relacionadas com a violência por parceiro íntimo, permitindo uma análise integrada das perceções e vivências dos participantes.

Questionário sociodemográfico

De forma a recolher alguma informação sobre os sujeitos da amostra elaborou-se um questionário de dados sociodemográficos que continha os seguintes aspetos: idade, sexo, nacionalidade e habilitações literárias.

Attitudes Toward Dating Violence Scale

Para avaliar as atitudes face à violência nas relações íntimas, recorreu-se à ATDVS (Price et al., 1999). Trata-se de uma escala de autorresposta composta por 76 itens, organizados em seis subescalas que avaliam atitudes relativas à violência perpetrada por rapazes e por raparigas em contextos de relação. No presente estudo, foram consideradas apenas as três subescalas que avaliam a violência perpetrada por rapazes: Violência Psicológica Masculina (VPM), Violência Física Masculina (VFM) e Violência Sexual Masculina (VSM). As subescalas correspondentes à violência perpetrada por raparigas não foram incluídas, uma vez que não se enquadram nos objetivos específicos desta investigação. Os itens são avaliados numa escala de Likert de cinco pontos, variando entre “Discordo totalmente” (1) e “Concordo totalmente” (5), sendo alguns formulados de modo inverso para controlar o viés de resposta. Pontuações mais elevadas indicam maior legitimação de comportamentos abusivos nas relações íntimas. As subescalas utilizadas apresentaram valores satisfatórios de consistência interna, com $\alpha = .85$ (VPM), $\alpha = .84$ (VFM) e $\alpha = .88$ (VSM). Para o presente estudo, a escala foi ligeiramente adaptada, procedendo-se à reformulação de algumas afirmações com o objetivo de garantir maior clareza e adequação ao

contexto específico da investigação, sem comprometer a estrutura conceptual original do instrumento.

Severity of Violence Against Women Scales

A SVAWS (Marshall, 1992) avalia a gravidade e o impacto da violência perpetrada por homens contra mulheres, incluindo comportamentos ameaçados, tentados e consumados, e considerando os efeitos físicos e psicológicos. Originalmente, a escala apresenta nove dimensões, que neste estudo foram agrupadas em três categorias principais: Ameaças, Atos de Violência e Controlo, integrando esta última dimensão para refletir comportamentos de dominação sobre a parceira. Os itens são avaliados numa escala de Likert de cinco pontos, variando entre “Discordo totalmente” (1) e “Concordo totalmente” (5), sendo alguns formulados de modo inverso para controlar o viés de resposta. Para complementar a análise, foram ainda integradas três perguntas adicionais centradas em Reflexão, Prevenção e Intervenção, com o objetivo de explorar percepções e atitudes dos participantes relativamente à desconstrução da violência e à promoção de relações mais seguras e igualitárias.

Procedimentos

A seleção dos participantes foi concretizada através da partilha de um *poster* (**Anexo B**) em redes sociais digitais, como o WhatsApp e o Instagram, bem como através da rede de contactos pessoais. Em certos casos, os convites à participação ocorreram de forma indireta, por intermédio de terceiros, ou ainda de maneira ocasional, quando alguns indivíduos foram abordados aleatoriamente. Assim, o procedimento adotado correspondeu a uma amostragem não probabilística, recorrendo às modalidades de conveniência e bola de neve. O questionário foi disponibilizado online, utilizando a plataforma *Qualtrics*, e era composto por duas fases principais: um conjunto de questões sociodemográficas e as duas escalas apresentadas previamente. O tempo médio de preenchimento situou-se entre 10 e 15 minutos. Antes de iniciar o preenchimento, os participantes tiveram acesso ao consentimento informado, no qual foi garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados, bem como esclarecida a natureza voluntária da participação. Foi ainda fornecida uma breve introdução, em que os objetivos gerais do estudo foram explicados.

Análise de Dados

Foi realizada uma análise descritiva dos itens das escalas utilizadas, calculando-se valores mínimos e máximos, médias, desvios-padrão, assimetria e achatamento. Dada a reformulação de alguns itens da ATDVS, a estrutura fatorial foi testada através de uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC), utilizando o método de estimação WLSMV (*Weighted Least Squares Mean and Variance Adjusted*). As análises foram conduzidas no RStudio (R versão 4.5.1), com recurso aos pacotes *lavaan* e *semTools*. A sensibilidade psicométrica dos itens foi avaliada através dos valores de assimetria e achatamento, considerado-se aceitável valores absolutos inferiores a 3 para a assimetria e inferiores a 7 para o achatamento (Kline, 2016). Para avaliar a qualidade do ajustamento do modelo, foram analisados índices de ajustamento *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI), cujos valores iguais ou superiores a .90 indicam ajustamento adequado (Marôco, 2014); *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) e *Standardized Root Mean Square Residual* (SRMR), para os quais valores inferiores a .08 são considerados satisfatórios (Marôco, 2014). Quanto à validade fatorial, foram considerados aceitáveis Pesos Fatoriais Padronizados (λ) superiores a .50 e Fiabilidade Individual dos Itens (λ^2) superiores a .25 (Hair et al., 2009). A validade convergente foi avaliada através da Variância Extraída Média (VEM), admitindo-se valores superiores a .50 (Fornell & Larcker, 1981), e a validade discriminante através da comparação entre a VEM e o quadrado das correlações entre fatores. Por fim, a consistência interna da escala foi examinada através do coeficiente alfa de Cronbach (α) e da Fiabilidade Composta (FC), sendo considerados adequados valores superiores a .70 (Hair et al., 2009).

Em relação aos itens dos atos e das ameaças da escala SVWAS, bem como à dimensão controlo, foi realizada uma análise descritiva dos itens (M; DP; assimetria; curtose), seguida da avaliação da consistência interna das dimensões através do alfa de Cronbach (α) e calculadas as suas medidas descritivas (M; DP). As dimensões foram calculadas através da média dos itens correspondentes a cada fator. Para relacionar as atitudes e as experiências com as variáveis sociodemográficas, foi utilizado o teste T de Student para amostras independentes, comparando os grupos em função do grau de ensino (ensino básico/secundário vs. ensino superior). Além disso, foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson para analisar a correlação com a idade (Marôco, 2014). Em todos os testes estatísticos realizados, adotou-se o nível de significância de 5% ($p < .05$) (Marôco, 2014). Complementarmente, realizou-se a análise de dados do presente estudo recorrendo ao programa estatístico SPSS na versão 30.0.

Resultados

Análise Fatorial Confirmatória – Escala ATDVS

A sensibilidade psicométrica dos itens da Escala ATDVS foi analisada através da assimetria e do achatamento. Como podemos observar no **Anexo C (Tabela 3)**, os valores de assimetria oscilaram entre -3.49 e 3.06, encontrando-se, na sua maioria, abaixo do limite de referência de 3 (Kline, 2016). Já os valores de achatamento variaram entre -1.26 e 15.08, encontrando-se, na sua maioria, abaixo do valor crítico de 7 (Kline, 2016). Posteriormente, procedeu-se à validação da escala através de uma AFC. Observando a **Tabela 4**, os índices de ajustamento revelaram valores adequados: CFI = .92 e TLI = .91, ambos acima do ponto de corte de .90 (Marôco, 2014); RMSEA = .07, considerado aceitável por se situar abaixo de .08 (Marôco, 2014). Apenas o valor SRMR ultrapassou o limite recomendado de .08 (SRMR = .11), ficando demonstrado um ajuste global do modelo aceitável.

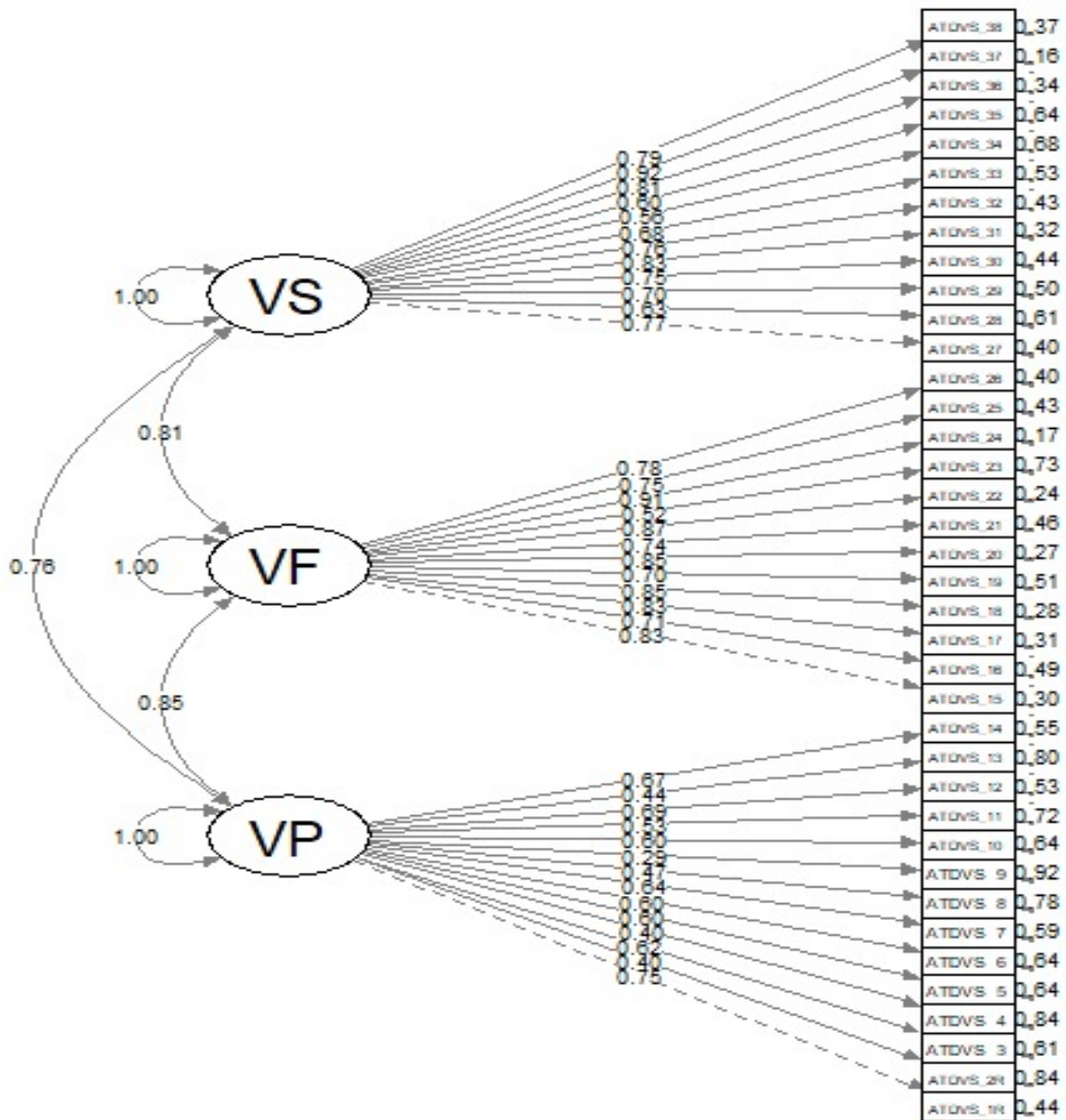
Tabela 4. *Medidas de ajustamento do modelo de medida (Escala ATDVS)*

	Scaled
Comparative Fit Index (CFI)	0.92
Tucker-Lewis Index (TLI)	0.91
RMSEA	0.07
SRMR	0.11

No que respeita à validade fatorial, foram considerados aceitáveis Pesos Fatoriais Padronizados (λ) superiores a .50 e Fiabilidade Individual dos Itens (λ^2) superiores a .25 (Hair et al., 2009). Na dimensão Violência Psicológica (VP), os itens que cumpriram os critérios de validade fatorial apresentaram pesos fatoriais (λ) entre .53 e .75 e fiabilidade individual (λ^2) entre .28 e .56 (**Anexo D, Tabela 5**). No entanto, alguns itens revelaram valores abaixo dos critérios estabelecidos (Hair et al., 2009), nomeadamente: “Uma pessoa não devia dizer ao/à parceiro/a o que deve fazer” ($\lambda = .40$; $\lambda^2 = .16$), “A melhor maneira das relações funcionarem é quando uma pessoa agrada a outra” ($\lambda = .40$; $\lambda^2 = .16$), “Uma pessoa não necessita de saber tudo o que o/a

parceiro/a faz” ($\lambda = .29$; $\lambda^2 = .08$), “É aceitável alguém falar mal do/a parceiro/a” ($\lambda = .45$; $\lambda^2 = .20$) e “Uma pessoa não deve estar com os seus amigos, caso isso incomode o/a parceiro/a” ($\lambda = .47$; $\lambda^2 = .22$). Na dimensão Violência Física (VF), todos os itens cumpriram os critérios definidos (Hair et al., 2009), com λ variando entre .52 e .91 e λ^2 entre .27 e .83, evidenciando consistência e robustez nesta dimensão. Na dimensão Violência Sexual (VS), todos os itens apresentaram pesos fatoriais e fiabilidade individual adequados, com λ entre .60 e .92 e λ^2 entre .36 e .85 (Figura 1).

Figura 1. Análise Fatorial Confirmatória – ATDVS



A validade convergente foi avaliada através da Variância Extraída Média (VEM), considerando-se aceitáveis valores superiores a .50 (Fornell & Larcker, 1981). Os resultados evidenciaram que apenas as dimensões Violência Física (VEM = .62) e Violência Sexual (VEM = .55) cumpriram este critério, enquanto a dimensão Violência Psicológica apresentou VEM = .32, não se verificando a presença de validade convergente (**Tabela 6**).

Relativamente à validade discriminante, esta foi verificada pela comparação da VEM com o quadrado das correlações entre os fatores. Em todos os casos, a VEM foi inferior ao quadrado das correlações fatoriais, não se confirmando, assim, a validade discriminante entre as três dimensões da escala. Não existe validade discriminante entre as dimensões, visto que em todos os casos a VEM é inferior ao quadrado da correlação entre os fatores.

Tabela 6. *Validade Discriminante Escala ATDVS*

	VP	VF	VS
VP	0.32		
VF	0.72	0.62	
VS	0.58	0.65	0.55

Nota. Valores a negrito correspondem à VEM. As restantes entradas da tabela são os quadrados das correlações entre os fatores.

A consistência interna da ATDVS foi avaliada através do coeficiente alfa de Cronbach (α) e da fiabilidade composta (FC), considerando-se valores superiores a .70 como adequados (Hair et al., 2009).

Como podemos observar na **Tabela 7**, na dimensão Violência Psicológica (VP), os resultados indicaram $\alpha_{VP} = .77$ e $FC_{VP} = .91$, evidenciando boa consistência interna, apesar da variabilidade dos itens observada anteriormente. Para a dimensão Violência Física (VF), a consistência interna foi ainda maior, com $\alpha_{VF} = .84$ e $FC_{VF} = .93$, refletindo robustez dos itens desta dimensão. Na dimensão Violência Sexual (VS), os índices também se mostraram elevados, com $\alpha_{VS} = .86$ e $FC_{VS} = .91$. No geral, as três dimensões da escala revelaram uma boa consistência interna.

Tabela 7. *Consistência Interna Escala ATDVS*

Atitudes	α	FC
Violência Psicológica	.77	.91
Violência Física	.84	.93
Violência Sexual	.86	.91

Nota. α - alfa de Cronbach

FC – fiabilidade composta

Dimensões Ameaças, Atos e Controlo

A consistência interna das dimensões ameaças, atos e controlo foi avaliada através do coeficiente alfa de Cronbach (α), considerando-se valores iguais ou superiores a .60 como aceitáveis (Hair et al., 2009). Conforme se apresenta na **Tabela 8**, todas as dimensões revelaram consistência interna adequada: Ameaças ($\alpha = .80$), Atos ($\alpha = .60$) e Controlo ($\alpha = .80$). Estes resultados indicam que, de forma geral, estas dimensões apresentam fiabilidade satisfatória para a amostra em estudo.

Tabela 8. *Consistência Interna das Dimensões das Experiências*

Experiências	α
Ameaças	.80
Atos	.60
Controlo	.80

Conforme o **Anexo E (Tabela 9)**, a análise descritiva dos itens demonstrou que as médias (M) variaram entre 1.21 e 2.79, com desvios padrão (DP) entre 0.58 e 1.37. Os itens com valores médios mais elevados foram: “Já comentou ou expressou preferência sobre o estilo de roupa do/a seu/sua parceiro/a?” (M = 2.45, DP = 0.91) e “Já notou que o que disse ou fez deixou o/a seu/sua parceiro/a visivelmente desconfortável?” (M = 2.36, DP = 1.01).

Por outro lado, o item com a média mais baixa correspondeu a “Já enviou repetidas mensagens, chamadas ou tentativas de contacto mesmo após o/a parceiro/a pedir para parar” (M = 1.21, DP = 0.58).

Valores ligeiramente superiores, mas ainda baixos, foram observados nos itens: “Durante uma discussão, já impediu fisicamente o/a seu/sua parceiro/a de sair de um local ou de terminar a conversa?” (M = 1.23, DP = 0.65), “Já reagiu fisicamente (por exemplo, empurrar ou afastar o/a parceiro/a) numa situação de tensão ou frustração?” (M = 1.29, DP = 0.63) e “Alguma vez sugeriu ou pediu que o seu/sua parceiro/a partilhasse consigo as palavras-passe ou acessos a redes sociais?” (M = 1.32, DP = 0.62).

Reflexão, Prevenção e Intervenção

Com base na **Tabela 10**, os resultados revelam valores médios próximos do ponto intermédio da escala (3, numa escala de 1 a 5).

O item com a média mais elevada foi “Ao pensar em relações passadas, reconhece situações em que o ambiente poderia ter sido mais saudável ou respeitador” (M = 2.79, DP = 1.17), sugerindo que uma parte considerável dos participantes reconhece retrospectivamente contextos pouco saudáveis nas suas relações.

Segue-se o item “Já esteve presente numa situação entre pessoas próximas onde percebeu algum comportamento tenso ou desconfortável, e pensou em intervir ou oferecer apoio?” (M = 2.63, DP = 1.02), apontando para alguma disponibilidade em refletir sobre a possibilidade de intervenção ou apoio em situações de desconforto.

Por fim, a média mais baixa foi observada no item “Já teve contacto com campanhas, formações ou materiais informativos sobre relações saudáveis ou violência no namoro?” (M = 2.31, DP = 1.24), indicando menor exposição dos participantes a iniciativas de prevenção ou sensibilização.

De forma geral, os resultados sugerem níveis moderados de reflexão e reconhecimento de situações de risco, mas uma baixa exposição a ações de prevenção formais, como campanhas ou formações.

Tabela 10. Estatísticas descritivas dos itens Reflexão, Prevenção e Intervenção

Itens	Desvio	
	Média	Padrão
Já esteve presente numa situação entre pessoas próximas onde percebeu algum comportamento tenso ou desconfortável, e pensou em intervir ou oferecer apoio?	2.63	1.02
Já teve contacto com campanhas, formações ou materiais informativos sobre relações saudáveis ou violência no namoro?	2.31	1.24
Ao pensar em relações passadas, reconhece situações em que o ambiente poderia ter sido mais saudável ou respeitador?	2.79	1.17

Atitudes dos homens em relação à violência por parceiro íntimo contra mulheres

Relativamente às atitudes dos participantes acerca da violência em relações íntimas contra mulheres, verificou-se que a dimensão com valores mais elevados correspondeu à violência psicológica ($M = 2.05$; $DP = 0.50$), seguida pela violência sexual ($M = 1.50$; $DP = 0.51$) e, por último, pela violência física ($M = 1.37$; $DP = 0.46$) (**Tabela 11**). Ainda assim estes valores médios foram abaixo do ponto intermédio da escala (3, numa escala de 1 a 5).

Estes resultados evidenciam que, entre as diferentes formas de violência analisadas, em média, há uma maior legitimização da violência psicológica e menos na violência física. De salientar que, para além da análise por dimensões, as estatísticas descritivas correspondentes a cada item encontram-se detalhadas no **Anexo D** (Tabela 5), permitindo uma observação mais pormenorizada das atitudes específicas que compõem cada dimensão.

Tabela 11. Estatísticas descritivas das dimensões da Escala ATDVS

Atitudes	Média	Desvio Padrão
Violência Psicológica (VP)	2.05	0.50
Violência Física (VF)	1.37	0.46
Violência Sexual (VS)	1.50	0.51

Experiências dos homens em relação à violência por parceiro íntimo contra mulheres

Relativamente às experiências dos participantes com violência em relações íntimas contra mulheres, verificou-se que a dimensão com valores mais elevados correspondeu ao controlo ($M = 2.88$, $DP = .30$), seguida pelos atos de violência ($M = 1.68$, $DP = 0.54$) e, por último, pelas ameaças ($M = 1.32$, $DP = .49$) (**Tabela 12**). Estes resultados sugerem que, entre as diferentes formas de experiência analisadas, há uma maior ocorrência de comportamentos de controlo e menor ocorrência de ameaças ou atos de violência direta. Ainda assim estes valores médios foram abaixo do ponto intermédio da escala (3, numa escala de 1 a 5). As estatísticas descritivas detalhadas por item encontram-se no **Anexo E (Tabela 9)**, permitindo uma observação mais pormenorizada das experiências específicas que compõem cada dimensão.

Tabela 12. Estatísticas descritivas das dimensões Ameaças, Atos e Controlo

Experiências	Média	Desvio Padrão
Ameaças	1.32	0.49
Atos	1.68	0.54
Controlo	2.88	0.30

Relação entre as atitudes e experiências de homens relativas à violência por parceiro íntimo contra mulheres e características sociodemográficas

A comparação das atitudes relativas à violência psicológica, física ou sexual em função do grau de ensino não revelou diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$).

Conforme apresentado na **Tabela 13**, as médias obtidas nos dois grupos são bastante próximas. Os participantes com ensino básico/secundário registaram médias de 2.06 ($DP = .47$) para a violência psicológica, 1.35 ($DP = .44$) para a violência física e 1.54 ($DP = .52$) para a violência sexual. Por sua vez, os participantes com ensino superior apresentaram médias de 2.05 ($DP = .52$), 1.39 ($DP = .48$) e 1.46 ($DP = .50$), respetivamente. Assim, conclui-se que o grau de ensino não constitui um fator diferenciador nas atitudes dos homens relativamente à legitimação das diferentes formas de violência em relações íntimas.

Tabela 13. Comparação das dimensões da ATDVS em função do grau de ensino

Atitudes	Grau de Ensino	n	M	DP	t (106)	Valor p
Violência Psicológica (VP)	Básico/Secundário	49	2.06	0.47	0.102	.919
	Superior	59	2.05	0.52		
Violência Física (VF)	Básico/Secundário	49	1.35	0.44	-0.409	.683
	Superior	59	1.39	0.48		
Violência Sexual (VS)	Básico/Secundário	49	1.54	0.52	0.825	.411
	Superior	59	1.46	0.50		

Na análise das correlações entre a idade e as dimensões da ATDVS, observou-se uma correlação positiva significativa entre a *Violência Psicológica* e a Idade ($r = .228, p = .018$), ou seja, com o aumento da idade, existe uma maior tendência para a legitimação de comportamentos de violência psicológica nas relações íntimas. Em relação às dimensões *Violência Física* e *Violência Sexual* observou-se uma correlação positiva embora esta não seja estatisticamente significativa ($p > .05$) (Tabela 14).

Tabela 14. Comparação das dimensões da ATDVS em função da idade

Atitudes	r
Violência Psicológica (VP)	.228*
Violência Física (VF)	.139
Violência Sexual (VS)	.179

Nota. r - coeficiente de correlação de Pearson

* $p < .05$

A comparação das dimensões relativas às Ameaças, Atos e Controlo em função do grau de ensino não revelou diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$).

Conforme apresentado na Tabela 15, os participantes com ensino básico/secundário apresentaram $M = 1.61$ (DP = 0.53) para as Ameaças, $M = 1.33$ (DP = 0.51) para os atos e $M = 2.86$ (DP = 0.34)

para o *Controlo*. Já os participantes com ensino superior registaram médias de $M = 1.72$ ($DP = 0.54$) nas ameaças, $M = 1.31$ ($DP = 0.48$) nos *Atos* e $M = 2.90$ ($DP = 0.34$) no *Controlo*. Assim, conclui-se que o grau de ensino não constitui um fator diferenciador nas experiências de violência reportadas.

Tabela 15. Comparação das dimensões Ameaças, Atos, Controlo em função do grau de ensino

Experiências	Grau de Ensino	n	M	DP	$t(106)$	Valor p
Ameaças	Básico/Secundário	49	1.61	0.53	-1.022	.309
	Superior	59	1.72	0.54		
Atos	Básico/Secundário	49	1.33	0.51	0.236	.814
	Superior	59	1.31	0.48		
Controlo	Básico/Secundário	49	2.86	0.34	-0.498	.620
	Superior	59	2.89	0.26		

Na análise das correlações entre a Idade e das experiências, observou-se uma correlação positiva significativa entre o *Controlo* e a Idade ($r = .212$, $p = .028$), ou seja, com o aumento da idade, existe uma maior frequência de experiências de controlo nas relações íntimas. Em relação às dimensões *Ameaças* e *Atos* observou-se uma correlação positiva embora esta não seja estatisticamente significativa ($p > .05$) (**Tabela 16**).

Tabela 16. Comparação das dimensões Ameaças, Atos, Controlo em função da idade

Experiências	r
Ameaças	.108
Atos	.021
Controlo	.212*

Nota. * = r - coeficiente de correlação de Pearson
 $p < .05$

Discussão

A violência por parceiro íntimo (VPI) constitui um dos fenômenos mais complexos e persistentes no domínio da desigualdade de gênero, com impactos significativos na saúde das vítimas, bem como no tecido relacional e comunitário (Zakar et al., 2013). A literatura tem vindo a sublinhar que, embora a maioria dos estudos se concentre nas experiências femininas, compreender as atitudes e vivências dos homens é igualmente fundamental para o desenho de estratégias de prevenção eficazes e duradouras (Mankowski & Maton, 2010).

Neste contexto, torna-se indispensável compreender as múltiplas dimensões das atitudes e das experiências masculinas relativamente à VPI. Só através dessa compreensão é possível identificar os mecanismos que sustentam a legitimação da violência, bem como os fatores que podem promover a sua desconstrução (Flood & Pease, 2009). O envolvimento dos homens na prevenção e intervenção é, por isso, reconhecido como um elemento essencial na transformação das normas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero e na construção de relações baseadas na reciprocidade, respeito e equidade (Murnen et al., 2007).

O presente estudo procura, assim, responder à necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as atitudes e experiências dos homens em relação à VPI, analisando de que forma estas dimensões se manifestam e variam consoante diferentes características sociodemográficas. Mais do que identificar a legitimação de determinadas atitudes e prevalências das experiências, pretende-se contribuir para uma leitura mais crítica e integrada das relações de gênero e para o desenvolvimento de estratégias de prevenção baseadas no envolvimento masculino e na promoção de masculinidades não violentas.

Em relação aos resultados obtidos através da escala ATDVS, a maior legitimação da violência psicológica observada entre os participantes pode ser compreendida à luz das dinâmicas de poder e gênero amplamente discutidas na literatura. Zakar et al. (2013) demonstram que as atitudes e experiências dos homens relativamente à VPI estão enraizadas em valores patriarcais que reforçam papéis tradicionais de gênero e a supremacia masculina. No seu estudo, os autores descrevem como a idealização da “esposa ideal” - caracterizada pela docilidade, obediência e sacrifício - serve como mecanismo simbólico que legitima o controlo e a coerção masculina no contexto conjugal. Quando estas normas são interiorizadas, a relação conjugal tende a estruturar-

se em torno de práticas de vigilância e disciplina, frequentemente expressas através de formas psicológicas de violência, como a manipulação emocional, a desvalorização e o isolamento.

Estes resultados são consistentes com o que afirmam Connell et al. (2005), segundo os quais o controle e a coerção constituem componentes estruturais das relações patriarcais, sendo frequentemente normalizados sob a forma de comportamentos de “correção” ou “autoridade”. Assim, a violência psicológica emerge como uma dimensão particularmente complexa e persistente da violência por parceiro íntimo, precisamente por ser menos reconhecida como forma de abuso e mais facilmente justificada no discurso social (Lievore, 2003). Tal como sustentam Flood e Pease (2009), estas formas de controle emocional e simbólico podem ser tão prejudiciais quanto a violência física, mas permanecem mais difusas e difíceis de identificar, o que contribui para a sua maior legitimação.

Neste sentido, o padrão identificado neste estudo - uma maior tolerância face à violência psicológica em comparação com a violência física ou sexual - reflete a persistência de concepções tradicionais sobre género e poder, que continuam a atribuir aos homens um papel de autoridade e às mulheres um papel de subordinação. De acordo com Zakar et al. (2013), estas crenças não são apenas narrativas culturais, mas verdadeiros guiões normativos que orientam comportamentos e conferem legitimidade à dominação masculina. Ao representar as mulheres como frágeis, emocionais ou necessitadas de orientação, este discurso cria condições para a aceitação de comportamentos de vigilância, controle e coerção.

Deste modo, a legitimação da violência psicológica observada neste estudo poderá traduzir a persistência de crenças patriarcais internalizadas que, embora menos explícitas, continuam a sustentar desigualdades de género nas relações íntimas (Lievore, 2003). Este resultado sublinha a importância de reforçar estratégias de prevenção e educação que abordem as formas subtis de violência, promovendo o reconhecimento dos seus impactos psicológicos e sociais e desafiando as normas culturais que as perpetuam (Deutsch, 2007).

Os resultados obtidos com a escala SVAWS complementam esta narrativa, oferecendo uma perspetiva sobre experiências efetivas de violência nas relações íntimas. Entre os comportamentos avaliados, a dimensão controle destaca-se como a mais frequente, enquanto ameaças e atos de violência são menos comuns, embora ainda presentes. Este padrão corrobora a literatura que sugere que o controle psicológico, financeiro ou social sobre a parceira é uma forma de violência mais

difusa e difícil de identificar, mas com impactos duradouros na saúde mental e no bem-estar das vítimas (Schrock & Padavic, 2007).

Em termos sociodemográficos, a variável idade revelou-se um fator relevante na compreensão das atitudes e experiências relacionadas com a VPI. Observou-se uma associação positiva entre a idade e a legitimação da violência psicológica (ATDVS), bem como entre a idade e as experiências de controlo (SVAWS), sugerindo que os participantes mais velhos tendem a manifestar maior permissividade face a tais comportamentos. Este resultado aproxima-se das conclusões de Carlson & Worden (2005) e Nagel et al. (2005), que identificaram, entre participantes mais velhos, uma maior dificuldade em reconhecer formas não físicas de violência como abuso. Para estes autores, tal pode refletir o contexto de socialização de gerações menos expostas a discursos de igualdade de género e a intervenções educativas sobre violência (Carlson & Worden (2005); Nagel et al. (2005)).

Contudo, estes resultados contrastam com o estudo de Davis & Lee (1996) que identificam maior tolerância entre os mais jovens, sobretudo entre rapazes adolescentes e jovens adultos, no que respeita à violência sexual ou coerciva. Flood & Pease (2009) e Davis & Lee (1996) explicam este fenómeno com base em processos desenvolvimentais e culturais: os jovens do sexo masculino, ainda em processo de formação identitária, tendem a aderir a normas de masculinidade hegemónica que reforçam o domínio e o controlo sobre as mulheres. Assim, o contraste entre os resultados do presente estudo e a literatura mencionada sugere que as trajetórias de socialização e as normas de género podem operar de forma distinta consoante o contexto sociocultural.

Por sua vez, a ausência de diferenças significativas em função do grau de escolaridade confirma que a educação formal, isoladamente, não assegura mudanças atitudinais profundas. Como argumentam Flood & Pease (2009), a prevenção da violência requer abordagens educativas críticas e transformadoras, capazes de questionar normas de género e dinâmicas de poder, indo além da mera instrução académica. A ausência de efeito da escolaridade pode, assim, indicar que o conhecimento adquirido em contextos formais de ensino não é necessariamente acompanhado por reflexão crítica sobre desigualdade e violência, evidenciando a necessidade de integrar conteúdos sobre género e cidadania nas práticas educativas e comunitárias (Deutsch, 2007).

De forma global, tanto a idade como o grau de escolaridade revelam-se variáveis estruturantes para compreender a complexidade das atitudes e experiências face à VPI. Os resultados deste estudo reforçam a necessidade de desenvolver estratégias educativas e preventivas

sensíveis ao contexto geracional, cultural e relacional, que promovam o reconhecimento das formas subtis de violência e a construção de masculinidades baseadas na empatia, no respeito e na equidade (Deutsch, 2007)..

Os resultados apontam para alguma capacidade de reflexão por parte dos participantes, nomeadamente no reconhecimento de relações passadas pouco saudáveis e na disposição para intervir em situações de tensão ou desconforto entre pessoas próximas. Esta abertura à autorreflexão poderá indicar uma base propícia à mudança, sobretudo se forem criados contextos educativos que incentivem a análise crítica das dinâmicas relacionais e das normas de género que as sustentam.

Tal como proposto por Deutsch (2007), a transformação de atitudes poderá beneficiar de intervenções que promovam o questionamento e a compreensão das estruturas sociais que legitimam comportamentos de controlo ou violência, em vez de se centrarem em abordagens punitivas ou moralizantes. Ainda, a menor exposição a campanhas, formações ou materiais informativos destaca, contudo, uma lacuna estrutural na promoção de prevenção formal, evidenciando a necessidade de estratégias de alcance mais amplo e direcionadas a grupos específicos (Flood & Pease, 2009).

Apesar da relevância dos resultados obtidos e das implicações que suscitam para a compreensão das atitudes e experiências de homens face à VPI contra mulheres, importa reconhecer que o presente estudo não está isento de limitações que poderão ter influenciado a amplitude e a interpretação dos dados.

Em primeiro lugar, a amostra de dimensão relativamente reduzida e obtida através de métodos não probabilísticos - nomeadamente por conveniência e bola de neve - poderá ter limitado a representatividade dos dados. A seleção dos participantes dependeu em parte das redes sociais e académicas do investigador, o que pode ter conduzido à sobre-representação de determinados perfis e à exclusão de outros menos acessíveis. Este tipo de amostragem tende a gerar grupos relativamente homogéneos, o que poderá ter restringido a diversidade de perspetivas e experiências recolhidas, afetando a amplitude das conclusões possíveis.

A própria natureza sensível da temática da VPI pode ter influenciado o envolvimento dos participantes. O estigma social e o desconforto emocional associados ao tema poderão ter conduzido à recusa de participação por parte de alguns indivíduos ou à emissão de respostas condicionadas pela desejabilidade social. Mesmo num contexto de anonimato, é plausível que

certos participantes tenham optado por omitir experiências pessoais ou ajustar as suas respostas, o que pode ter afetado a autenticidade e a profundidade dos dados recolhidos.

Por fim, a ausência de dados qualitativos complementares limita a compreensão mais subjetiva e contextualizada das atitudes e experiências associadas à VPI. A integração de metodologias mistas, como entrevistas semiestruturadas ou grupos focais, poderia contribuir para uma análise mais rica e permitir captar significados e nuances que os instrumentos quantitativos dificilmente conseguem abarcar.

A investigação sobre violência por parceiro íntimo (VPI) contra mulheres em Portugal ainda se encontra em fase inicial, o que evidencia a necessidade de aprofundamento científico e aplicação prática.

Estudos futuros poderão beneficiar da ampliação da representatividade das amostras, incluindo diferentes regiões, tipos de instituições de ensino superior e perfis socioeconómicos diversos, permitindo uma análise mais abrangente e comparativa.

Sugere-se, igualmente, a integração de abordagens qualitativas ou mistas, como entrevistas semiestruturadas ou grupos focais, que possibilitem a compreensão das nuances culturais, sociais e psicológicas das atitudes e experiências relacionadas com a VPI, contribuindo para uma análise de dados mais robusta. Investigações futuras poderão ainda avaliar a eficácia de programas de prevenção e intervenção já existentes, analisando alterações em atitudes, conhecimentos e comportamentos, bem como a incidência de vitimização, de modo a identificar boas práticas e necessidades de adaptação.

Adicionalmente, estudos longitudinais serão importantes para acompanhar mudanças ao longo do percurso académico, permitindo compreender trajetórias de vitimização e perpetração, assim como os efeitos duradouros de intervenções educativas. A análise de fatores individuais, sociais e institucionais, incluindo normas de género e atitudes sexistas, poderá fornecer subsídios para programas de prevenção mais direcionados, centrados na transformação de comportamentos dos perpetradores, além da proteção das vítimas.

Finalmente, investigações comparativas entre Portugal e outros países podem contribuir para identificar boas práticas internacionais aplicáveis ao contexto nacional e evidenciar lacunas em políticas e programas de prevenção, promovendo estratégias mais ajustadas à realidade sociocultural local.

Conclusão

O presente estudo permitiu aprofundar a compreensão das atitudes e experiências masculinas face à VPI contra mulheres, destacando-se como um contributo relevante para o conhecimento científico e para a prática preventiva em Portugal. Os resultados revelaram uma maior legitimação da violência psicológica e a predominância de comportamentos de controlo nas experiências relatadas, reforçando a centralidade destas dimensões nas dinâmicas de desigualdade de género e na perpetuação da violência nas relações íntimas. Estes resultados evidenciam que a VPI não se manifesta apenas através de agressões físicas, mas também por formas subtis de controlo e manipulação emocional, frequentemente naturalizadas e socialmente legitimadas (Zakar et al., 2013).

A identificação de uma maior tolerância face à violência psicológica demonstra que as crenças patriarcais continuam a exercer influência significativa sobre a forma como os homens percebem poder e controlo nas relações (Heise, 1998). Ou seja, estas dinâmicas assentam em estruturas simbólicas de dominação masculina que se reproduzem através de discursos e práticas que naturalizam a autoridade dos homens e a submissão das mulheres (Cavanagh et al., 2001). A interiorização destas normas conduz à legitimação de comportamentos de vigilância e desvalorização, frequentemente entendidos como cuidado, mas que configuram formas de controlo e limitação da autonomia feminina (Flood & Pease, 2009). Compreender a persistência destas atitudes é, portanto, essencial para desenvolver estratégias de prevenção que abordem as dimensões invisíveis da violência.

Este estudo reforça a relevância da violência psicológica como uma das expressões mais persistentes da VPI, não apenas pela sua frequência, mas pela dificuldade em ser reconhecida como abuso (Lievore, 2003). Esta invisibilidade é potenciada pela ausência de sensibilização e pela permanência de estereótipos de género que associam autoridade e controlo à masculinidade. Assim, a legitimação da violência psicológica não se traduz apenas numa falha individual, mas num reflexo de processos de socialização que moldam perceções e comportamentos (Deutsch, 2007; Schrock & Padavic, 2007). Ao evidenciar a continuidade dessas crenças, o estudo sublinha a importância de promover educação crítica que incentive reflexão sobre poder, empatia e respeito nas relações, desafiando modelos tradicionais de masculinidade.

A predominância dos comportamentos de controlo observada corrobora a literatura que identifica esta forma de violência como estrutural nas relações desiguais (Schrock & Padavic,

2007). O controlo psicológico, social e económico constitui um mecanismo de manutenção de poder que, embora menos visível que a violência física, produz consequências profundas no bem-estar e autonomia das vítimas (Flood & Pease, 2009). O reconhecimento deste padrão é fundamental para compreender a VPI como fenómeno contínuo e multidimensional, alimentado por normas culturais e crenças internalizadas sobre autoridade e género (White & Kurpius, 2002).

A relação observada entre idade e maior legitimação da violência psicológica e das experiências de controlo sugere que crenças patriarcais são mais persistentes em gerações menos expostas a discursos de igualdade de género (Carlson & Worden, 2005; Nagel et al., 2005). Este dado sublinha a importância de estratégias intergeracionais, capazes de envolver homens de diferentes idades em processos de reflexão e mudança. Por outro lado, a ausência de diferenças significativas associadas ao grau de escolaridade confirma que a educação formal, isoladamente, não é suficiente para alterar normas culturais enraizadas (Flood & Pease, 2009). Os resultados reforçam que a transformação das atitudes exige intervenções educativas críticas, orientadas para desconstrução das hierarquias de género e promoção de masculinidades equitativas e não violentas (Deutsch, 2007; Mankowski & Maton, 2010).

A importância deste estudo reside, portanto, em três dimensões complementares: científica, social e preventiva. Cientificamente, contribui para colmatar uma lacuna na literatura nacional sobre atitudes e experiências masculinas face à VPI, oferecendo uma perspetiva integrada que relaciona crenças, comportamentos e variáveis sociodemográficas. Socialmente, evidencia a necessidade de repensar o papel dos homens na perpetuação e na prevenção da violência, reconhecendo que transformar normas de género requer envolvimento ativo como agentes de mudança (Flood & Pease, 2009; Murnen et al., 2007). Ainda, preventivamente, reforça a urgência de desenvolver programas educativos e comunitários que abordem formas subtis de violência, nomeadamente controlo e coerção psicológica, muitas vezes negligenciadas (Schrock & Padavic, 2007).

A compreensão dos resultados revela que a transformação das masculinidades é central para prevenção da VPI. Tal como argumentam Connell et al. (2005), as masculinidades não são realidades fixas, mas construções sociais moldadas por contextos culturais e institucionais. Promover masculinidades baseadas em empatia, respeito e corresponsabilidade implica criar espaços de diálogo e reflexão onde os homens reconheçam privilégios, questionem crenças internalizadas e desenvolvam competências relacionais não violentas. Muitos homens demonstram

capacidade de autorreflexão e disposição para intervir em situações de conflito, constituindo oportunidade concreta para fortalecer intervenções transformadoras (Deutsch, 2007; Flood & Pease, 2009). Esta abertura requer apoio de políticas públicas e práticas educativas consistentes que consolidem compromisso masculino com igualdade.

A relevância prática destes resultados é inequívoca. Compreender atitudes e experiências masculinas face à VPI é essencial para delinear políticas e programas culturalmente adequados em Portugal. A promoção de estratégias comunitárias - como formações, campanhas ou espaços de partilha - que incluam homens não apenas como potenciais agressores, mas como aliados na construção de relações igualitárias, constitui passo decisivo para erradicação da violência (Mankowski & Maton, 2010; Blake et al., 2021). A responsabilização e participação ativa masculina devem caminhar lado a lado: responsabilização assegura que violência não seja tolerada, enquanto envolvimento ativo promove transformação das normas sociais que a sustentam (Flood & Pease, 2009; Peters, 2008).

Assim, este estudo convida a repensar a VPI não apenas como questão de segurança ou justiça, mas como desafio ético e relacional que exige ação coletiva. Para prevenir eficazmente a violência é necessário trabalhar sobre crenças, atitudes e experiências que legitimam controlo e coerção, integrando reflexão sobre género nas práticas educativas, comunitárias e políticas. A transformação das masculinidades emerge como estratégia estruturante de prevenção, capaz de romper com a lógica da dominação e promover relações baseadas em equidade e dignidade humana (Connell et al., 2005; Flood & Pease, 2009).

O presente estudo sublinha que compreender e intervir sobre atitudes e experiências masculinas é fundamental para enfrentar a VPI de forma eficaz. A maior legitimação da violência psicológica e a prevalência de comportamentos de controlo revelam a persistência de normas patriarcais que ainda moldam o imaginário social sobre poder e género. Deste modo, reconhecer e transformar estas normas são condições necessárias para a construção de uma cultura relacional assente no respeito, na corresponsabilidade e na igualdade. Através da reflexão, educação e envolvimento comunitário, os homens podem e devem tornar-se protagonistas na construção de uma sociedade mais justa, segura e livre de violência, onde poder se traduza em cuidado e masculinidade se reconcilie com a equidade e com o respeito (Deutsch, 2007; Flood & Pease, 2009; Mankowski & Maton, 2010).

Referências

- Abbey, A., Zawacki, T., Buck, P. O., Clinton, A. M., & McAuslan, P. (2004). Sexual assault and alcohol consumption: What do we know about their relationship and what types of research are still needed? *Aggression and Violent Behavior, 9*, 271–303.
- Adams, A. E., & Beeble, M. L. (2019). Intimate partner violence and psychological well-being: Examining the effect of economic abuse on women's quality of life. *Psychology of Violence, 9*, 517–525.
- American Psychological Association. (2020). Misogyny. In *APA dictionary of psychology*.
- Anahita, S., & Mix, T. L. (2006). Retrofitting frontier masculinity for Alaska's war against wolves. *Gender & Society, 20*, 255–266.
- Anderson, I., & Swainson, V. (2001). Perceived motivation for rape: Gender differences in beliefs about female and male rape. *Current Research in Social Psychology, 6*, 107–122.
- Anderson, K. L., & Umberson, D. (2001). Gendering violence: Masculinity and power in men's accounts of domestic violence. *Gender & Society, 15*, 358–380.
- Anderson, V. N., Simpson-Taylor, D., & Hermann, D. J. (2004). Gender, age, and rape-supportive rules. *Sex Roles, 50*(1–2), 77–90.
- Aromaki, A. S., Haebich, K., & Lindman, R. E. (2002). Age as a modifier of sexually aggressive attitudes in men. *Scandinavian Journal of Psychology, 43*, 419–423.
- Averill, J. R. (1993). Illusions of anger. In R. B. Felson & J. T. Tedeschi (Eds.), *Aggression and violence: Social interactionist perspectives* (pp. 171–192). American Psychological Association.

- Ayyub, R. (2000). Domestic violence in the South Asian Muslim immigrant population in the United States. *Journal of Social Distress and Homeless*, 9, 237–248.
- Benson, M. L. (1985). Denying the guilty mind: Accounting for involvement in a white collar crime. *Criminology*, 23(4), 583–607.
- Berkel, L., Vandiver, B., & Bahner, A. (2004). Gender role attitudes, religion, and spirituality as predictors of domestic violence attitudes in White college students. *Journal of College Student Development*, 45, 119–133.
- Blake, K. R., O’Dean, S. M., Lian, J., & Denson, T. F. (2021). Misogynistic tweets correlate with violence against women. *Psychological Science*, 32(3), 315–325.
- Bryant, A. N. (2003). Changes in attitudes toward women’s roles: Predicting gender-role traditionalism among college students. *Sex Roles*, 48, 131–142.
- Carlson, B. E., & Worden, A. P. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey: I. Definitions of domestic violence, criminal domestic violence, and prevalence. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1197–1218.
- Cavanagh, K., Dobash, R. E., Dobash, R. P., & Lewis, R. (2001). “Remedial work”: Men’s strategic responses to their violence against intimate female partners. *Sociology*, 35, 695–714.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, 19(6), 829–859.
- Courtenay, W. H. (2000). Constructions of masculinity and their influence on men’s well-being: A theory of gender and health. *Social Science & Medicine*, 50, 1385–1401.

- Davis, T. L., & Liddell, D. L. (2002). Getting inside the house: The effectiveness of a rape prevention program for college fraternity men. *Journal of College Student Development*, 43, 35–50.
- De Judicibus, M., & McCabe, M. P. (2001). Blaming the target of sexual harassment: Impact of gender role, sexist attitudes, and work role. *Sex Roles*, 44, 401–417.
- Dellinger, K. (2004). Masculinities in “safe” and “embattled” organizations: Accounting for pornographic and feminist magazines. *Gender & Society*, 18(4), 545–566.
- Deutsch, F. M. (2007). Undoing gender. *Gender & Society*, 21(1), 70–96.
- Donovan, R., & Vlasis, R. (2005). VicHealth review of communication components of social marketing/public education campaigns focused on violence against women. Victorian Health Promotion Foundation.
- Eisler, R. M. (1995). The relationship between masculine gender role stress and men’s health risk: The validation of a construct. In R. F. Levant & W. S. Pollack (Eds.), *A new psychology of men* (pp. 207–225). Basic Books.
- Fikree, F. F., Razzak, J. A., & Durocher, J. (2005). Attitudes of Pakistani men to domestic violence: A study from Karachi, Pakistan. *Journal of Men’s Health and Gender*, 2(1), 49–58.
- Finke, H. L. (1995). Wife Abuse Attitudes and Attributions: The Role of Fear of Crime and Sex-Role Ideology. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences & Engineering*. Vol. 56(3–B), September (p. 1697).
- Flood, M., & Pease, B. (2009). Factors influencing attitudes to violence against women. *Trauma, Violence, & Abuse*, 10(2), 125–142.
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, 18(1), 39–50.

- Funk, J. B., Baldacci, H. B., Pasold, T., & Baumgardner, J. (2004). Violence exposure in real-life, video games, television, movies, and the Internet: Is there desensitization? *Journal of Adolescence*, *27*, 23–39.
- Godenzi, A., Schwartz, M. D., & Dekeseredy, W. S. (2001). Toward a gendered social bond/male peer support theory of university woman abuse. *Critical Criminology*, *10*(1), 1–16.
- Golec de Zavala, A. G., Dyduch-Hazar, K., & Lantos, D. (2019). Collective narcissism: Political consequences of investing self-worth in the ingroup's image. *Political Psychology*, *40*(S1), 37–60.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6ª ed.). Bookman.
- Harris, R. J., Firestone, J. M., & Vega, W. A. (2005). The interaction of country of origin, acculturation, and gender role ideology on wife abuse. *Social Science Quarterly*, *86*(2), 463–483.
- Heise, L. L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence Against Women*, *4*(3), 262–290.
- Herrero, J., Rodríguez, F. J., & Torres, A. (2017). Acceptability of partner violence in 51 societies: The role of sexism and attitudes toward violence in social relationships. *Violence Against Women*, *23*, 351–367.
- Hird, M. J., & Jackson, S. (2001). Where “angels” and “wusses” fear to tread: Sexual coercion in adolescent dating relationships. *Journal of Sociology*, *37*, 27–43.
- Humphrey, S. E., & Kahn, A. S. (2000). Fraternities, athletic teams, and rape: Importance of identification with a risky group. *Journal of Interpersonal Violence*, *15*, 1313–1322.

Jensen, R. (2007). *Getting off: Pornography and the end of masculinity*. South Bend Press.

Kaufman, M. (1985). The construction of masculinity and the triad of men's violence. In M. Kaufman (Ed.), *Beyond patriarchy: Essays by men on pleasure, power and change*. Oxford University Press.

Kaufman, M. (1994). Men, feminism, and men's contradictory experiences of power. In H. Brod & M. Kline (Eds.), *Theorizing masculinities*.

Kennedy, M. A., & Gorzalka, B. B. (2002). Asian and non-Asian attitudes toward rape, sexual harassment, and sexuality. *Sex Roles*, 46, 227–238.

Kimmel, M. S., & Mahler, M. (2003). Adolescent masculinity, homophobia, and violence: Random school shootings, 1982–2001. *American Behavioral Scientist*, 46, 1439–1458.

Kingsnorth, R., & MacIntosh, R. (2004). Domestic violence: Predictors of victim support for official action. *Justice Quarterly*, 21, 301–328.

Kline, R. B. (2016). *Principles and practice of structural equation modeling* (4th ed.).

Krahé, B., & Fenske, I. (2002). Predicting aggressive driving behavior: The role of macho personality, age, and power of car. *Aggressive Behavior*, 28, 21–29.

Kung, J., Hoyert, D. L., Xu, J., & Murphy, B. S. (2008). Deaths: Final data for 2005. *National Vital Statistics Report*, 56(10). National Center for Education Statistics.

Lee, C., & Owens, R. G. (2002). *The psychology of men's health*. Open University Press.

Leone, R. M., & Parrott, D. J. (2019). Misogynistic peers, masculinity, and bystander intervention for sexual aggression: Is it really just "locker-room talk?" *Aggressive Behavior*, 45, 42–51.

- Lievore, D. (2003). Non-reporting and hidden reporting of sexual assault: An international literature review. Australian Institute of Criminology.
- Liu, W. M. (2005). The study of men and masculinity as an important multicultural competency consideration. *Journal of Clinical Psychology*, 61, 685–697.
- Lorber, J. (2000). Using gender to undo gender: A feminist degendering movement. *Feminist Theory*, 1, 79–95.
- Mahamlik, J. R., Aldarondo, E., Gilbert-Gokhale, S., & Shore, E. (2005). The role of insecure attachment and gender role stress in predicting controlling behaviors in men who batter. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 617–631.
- Malamuth, N., Addison, T., & Koss, M. (2000). Pornography and sexual aggression: Are there reliable effects and can we understand them? *Annual Review of Sex Research*, 11, 26–91.
- Mankowski, E. S., & Maton, K. I. (2010). A community psychology of men and masculinity: Historical and conceptual review. *American Journal of Community Psychology*, 45(1–2), 73–86.
- Markowitz, F. E. (2001). Attitudes and family violence: Linking intergenerational and cultural theories. *Journal of Family Violence*, 16, 205–218.
- Markowitz, F. E. (2003). Socioeconomic disadvantage and violence: Recent research on culture and neighborhood control as explanatory mechanisms. *Aggression and Violent Behavior*, 8, 145–154.
- Marshall, L. L. (1992). Development of the Severity of Violence Against Women Scales. *Journal of Family Violence*, 7(2), 103–121.

- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. ReportNumber.
- Miller, J., & Bell, C. (1996). Mapping men's mental health. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 6, 317–327.
- Mosher, D. L., & Sirkin, M. (1984). Measuring a macho personality constellation. *Journal of Research in Personality*, 18(2), 150–163
- Mullaney, J. L. (2007). Telling it like a man: Masculinities and battering men's account of their violence. *Men and Masculinities*, 10(2), 222–247.
- Murnen, S. K., & Kohlman, M. H. (2007). Athletic participation, fraternity membership, and sexual aggression among college men: A meta-analytic review. *Sex Roles*, 57(1–2), 145–157.
- Nagel, B., Matsuo, H., McIntyre, K. P., & Morrison, N. (2005). Attitudes toward victims of rape: Effects of gender, race, religion, and social class. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 725–737.
- National Center for Education Statistics. (2007).
- National Crime Prevention. (2001). *Young people & domestic violence: National research on young people's attitudes and experiences of domestic violence*. Crime Prevention Branch.
- O'Neil, J. M., Helms, B. J., Gable, R. K., David, L., & Wrightsman, L. S. (1986). Gender-role conflict scale: College men's fear of femininity. *Sex Roles*, 14, 335–350.
- Pais-Ribeiro, J. (2010). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde* (1ª ed.).
- Parrott D. J., Zeichner A. (2003). Effects of trait anger and negative attitudes towards women on physical assault in dating relationships. *Journal of Family Violence*, 18, 301–307.

- Pavlou, M., & Knowles, A. (2001). Domestic violence: Attributions, recommended punishments and reporting behavior related to provocation by the victim. *Psychiatry, Psychology and Law*, 8(1), 76–85.
- Peters, J. (2008). Measuring myths about domestic violence: Development and initial validation of the Domestic Violence Myth Acceptance Scale. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 16(1), 1–33.
- Price, E. L., Byers, E. S., & the Dating Violence Research Team. (1999). The Attitudes Towards Dating Violence Scales: Development and initial validation. *Journal of Family Violence*, 14(4), 351–375.
- Retzinger, S. (1991). *Violent emotions: Shame and rage in marital quarrels*. Sage.
- Rottweiler, B., Clemmow, C., & Gill, P. (2023). A common psychology of male violence? Assessing the effects of misogyny on intentions to engage in violent extremism, interpersonal violence and support for violence against women. *Terrorism and Political Violence*, 37(3), 287–312.
- Ryan, W. (1971). *Blaming the victim*. Vintage Books.
- Schrock, D. P., & Padavic, I. (2007). Negotiating hegemonic masculinity in a batterer intervention program. *Gender & Society*, 21(5), 625–649.
- Schwalbe, M., Godwin, S., Holden, D., Schrock, D., Thompson, S., & Wolkomir, M. (2000). Generic processes in the reproduction of inequality: An interactionist analysis. *Social Forces*, 79.
- Schwartz, M., & DeKeseredy, W. (1997). *Sexual assault on the college campus: The role of male peer support*. Sage.

- Sellers, C. S., Cochran, J. K., & Branch, K. A. (2005). Social learning theory and partner violence: A research note. *Deviant Behavior, 26*, 379–395.
- Skelton, C. (1997). Primary boys and hegemonic masculinities. *British Journal of Sociology of Education, 18*, 116–150.
- Stubbs, J. (2003). Sexual assault, criminal justice, and law and order. Paper presented at *Practice and Prevention: Contemporary Issues in Adult Sexual Assault in New South Wales Conference*, University of Technology, Sydney.
- Straton, J. C. (2002). Rule of thumb versus rule of law. *Men and Masculinities, 5*, 103–109.
- Sugiura, L. (2021). *The incel rebellion: The rise of the manosphere and the virtual war against women*. Emerald Publishing Limited.
- US Bureau of Justice Statistics. (2008). *Criminal victimization in the United States, 2006 statistical tables: National crime victimization survey* (NCJ 223436).
- Wester, S. R. (2008). Male gender role conflict and multiculturalism: Implications for counseling psychology. *The Counseling Psychologist, 26*, 294–324.
- White, B. H., & Kurpius, S. E. R. (2002). Effects of victim sex and sexual orientation on perceptions of rape. *Sex Roles, 46*, 191–200.
- Zakar, R., Zakar, M. Z., & Krämer, A. (2013). Men's beliefs and attitudes toward intimate partner violence against women in Pakistan. *Violence Against Women, 19*(2), 246–268).

Anexos

Anexo A. *Questionário*

Consentimento IF



O presente estudo insere-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica do Instituto Universitário de Ciências Psicológicas (ISPA), sob a responsabilidade da aluna Ana Videira e a orientação do Professor Doutor José Ornelas.

Esta investigação tem como objetivo compreender as crenças e experiências de homens relativamente à violência nas suas relações íntimas, com as/os suas/seus parceiras/os.

A participação neste estudo é voluntária e os dados recolhidos serão tratados de forma confidencial, sendo utilizados exclusivamente para fins académicos e científicos.

Informa-se que a segunda parte do questionário poderá conter questões sensíveis, que podem suscitar algum desconforto emocional. Neste sentido, reforça-se que os participantes têm o direito de interromper a sua participação a qualquer momento.

Agradecemos a sua colaboração, que constitui um contributo essencial para uma melhor compreensão das perspetivas de rapazes e homens sobre esta temática, sendo igualmente relevante para a reflexão da prevenção da violência nas relações íntimas.

Em caso de dúvida ou necessidade de esclarecimento adicional, poderá contactar através do seguinte endereço de correio eletrónico: 27721@alunos.ispa.pt

Declaro que fui informada/o e aceito participar no estudo

Residência



Qual é o seu local de residência atual?

País



Qual é o seu país de origem?



Grau de Ensino



Qual é o seu grau de Ensino?

- Básico
- Secundário
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento



Dados Biblió

Pedimos que responda agora a algumas perguntas sobre si

Género



Género

- Feminino
- Masculino
- Outro

Idade



Qual é a sua idade?



Atitudes ATDVS



Gostaríamos de colocar algumas questões sobre o que pensa acerca das relações próximas:

	1. Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	5. Concordo Totalmente
Uma pessoa não devia insultar o/a parceiro/a	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma pessoa não devia dizer ao/à parceiro/a o que deve fazer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma pessoa devia perguntar ao/à parceiro/a se pode sair com os seus amigos antes de o fazer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A melhor maneira das relações funcionarem é quando uma pessoa agrada a outra.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nunca há uma razão válida para alguém ameaçar o/a parceiro/a.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Às vezes, uma das pessoas não consegue evitar insultar a outra.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma pessoa deve sempre mudar a sua maneira de ser para agradar o/a parceiro/a.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma pessoa deve sempre fazer aquilo que o/a parceiro/a lhe diz para fazer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma pessoa não necessita de saber tudo o que o/a parceiro/a faz.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Quando alguém fica zangado, é compreensível que grite com o/a parceiro/a.

É aceitável alguém falar mal do/a parceiro/a.

Nunca existe uma razão para alguém gritar com o/a parceiro/a.

Uma pessoa não deve estar com os seus amigos, caso isso incomode o/a parceiro/a.

É importante vestir-se de acordo com o que o/a parceiro/a quer.

Uma pessoa deve terminar com o/a parceiro/a quando ele/ela lhe bate.

Algumas pessoas merecem levar um estalo do/a parceiro/a.

Nunca é correto que alguém bata no/a parceiro/a.

Às vezes as pessoas simplesmente não conseguem evitar dar murros no/a parceiro/a.

Não há uma boa razão para uma pessoa empurrar o/a parceiro/a.

Às vezes as pessoas não conseguem evitar bater no/a parceiro/a quando o/a fazem ficar zangado/a.

Não há justificação para alguém dar um estalo/bofetada ao/a parceiro/a.

Por vezes, os ciúmes fazem uma pessoa ficar tão descontrolada que ela tem que dar estalo/bofetada ao/à parceiro/a.

Pessoas que traem o/a parceiro/a devem levar um estalo/ bofetada.

Por vezes o amor faz uma pessoa ficar tão descontrolada que tem que bater no/a parceiro/a.

Uma pessoa normalmente não dá um estalo/ bofetada no/a parceiro/a não ser que o mereça.

É aceitável para alguém dar um estalo/bofetada se o/a parceiro o merecer.

Num encontro, quando uma pessoa paga, poderá pressionar o/a parceiro/a para ter sexo.

As pessoas não são donas do corpo do seu/sua parceiro/a.

Quando uma pessoa está extremamente excitada sexualmente, não se pode conter sem ter sexo.

As pessoas nunca devem embriagar o/a parceiro/a, para poder ter sexo com ele/a.

Quando uma pessoa está extremamente excitada sexualmente, não se pode conter sem ter sexo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas nunca devem embriagar o/a parceiro/a, para poder ter sexo com ele/a.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma pessoa não deverá tocar no seu parceiro/a, a não ser que este/a queira ser tocado/a.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não há problema se alguém forçar o/a parceiro/a beijá-lo/a.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas precisam de ser brutas com o/a parceiro/a para excitá-los.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Para provar o seu amor, é importante que o/a parceiro/a faça sexo com ele/a.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma pessoa que vá para o quarto de outra, está a concordar em ter sexo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não há mal nenhum em pressionar alguém a ter sexo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não há problema pressionar uma pessoa a ter sexo, mesmo que no passado já o tenham feito.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando a relação está estável, nenhum/a deve forçar o/ outro/a a ter sexo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Block 1



Q17



Gostaríamos de colocar algumas questões sobre a sua perceção e experiência relativamente às suas relações próximas:

	1. Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	5. Sempre
Já comentou ou expressou preferência sobre o estilo de roupa do/a seu/sua parceiro/a?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alguma vez sugeriu ou pediu que o seu/sua parceiro/a partilhasse consigo as palavras-passe ou acessos a redes sociais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alguma vez sugeriu terminar a relação como forma de expressar descontentamento numa situação de tensão?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alguma vez expressou raiva durante uma discussão, através de gestos, bater em objetos ou portas, por exemplo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alguma vez conduziu com menos cuidado durante uma conversa difícil com o/a seu/sua parceiro/a?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Já utilizou gestos mais intensos ou apontou o dedo ao comunicar em momentos de conflito?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Já notou que o que disse ou fez deixou o/a seu/sua parceiro/a visivelmente desconfortável?

Em algum momento houve contacto físico ou aproximação com o/a seu/sua parceiro/a que não foi bem recebida?

Alguma vez sentiu necessidade de saber com quem o/a seu/sua parceiro/a fala ou passa tempo?

Acredita na máxima de que "entre marido e mulher, não se mete a colher", entendendo que assuntos relacionais devem ser resolvidos entre os envolvidos?

Já esteve presente numa situação entre pessoas próximas onde percebeu algum comportamento tenso ou desconfortável, e pensou em intervir ou oferecer apoio?

Já utilizou argumentos ou conversas que levaram o/a seu/sua parceiro/a a reconsiderar algo que inicialmente não queria fazer?

Durante discussões, já tomou decisões ou atitudes mais firmes sem considerar totalmente o ponto de vista do/a seu/sua parceiro/a

<p>Já teve contacto com campanhas, formações ou materiais informativos sobre relações saudáveis ou violência no namoro?</p> <p>Ao pensar em relações passadas, reconhece situações em que o ambiente poderia ter sido mais saudável ou respeitador?</p> <p>Alguma vez utilizou meios indiretos (como redes sociais, localização, perguntas a outras pessoas) para saber onde estava ou o que estava a fazer o/a seu/sua parceiro/a, sem lhe perguntar diretamente?</p> <p>Já reagiu fisicamente (por exemplo, empurrar ou afastar o/a parceiro/a) numa situação de tensão ou frustração?</p> <p>Já acedeu ao telemóvel, redes sociais ou localização do/a seu/sua parceiro/a sem que ele/ela soubesse?</p> <p>Já enviou repetidas mensagens, chamadas ou tentativas de contacto mesmo após o/a parceiro/a pedir para parar?</p> <p>Alguma vez, num momento de tensão com o/a seu/sua parceiro/a, levantou a voz ou utilizou palavras ofensivas?</p>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<p>Durante uma discussão, já impediu fisicamente o/a seu/sua parceiro/a de sair de um local ou de terminar a conversa?</p> <p>Já sentiu que o/a seu/sua parceiro/a tinha medo da sua reação em determinadas situações?</p>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Crenças e Experiências em Relações Interpessoais

Queremos compreender como os homens gerem emoções e comportamentos nas relações afetivas e interpessoais.

Quem pode participar?
Homens com + 18 anos

Queremos conhecer a tua perspetiva!
A participação é totalmente anónima.

Ispa
Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

Tem dúvidas? Entre em contacto:
[Ana Videira] — [27221@alunos.ispa.pt]

Anexo C

Tabela 3. *Estatísticas Descritivas, Assimetria e Achatamento dos Itens da Escala ATDVS*

Itens	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Achatamento
Uma pessoa não devia insultar o/a parceiro/a	1	5	4.58	0.78	-2.31	5.93
Uma pessoa não devia dizer ao/à parceiro/a o que deve fazer.	1	5	3.56	1.09	-0.48	-0.50
Uma pessoa devia perguntar ao/à parceiro/a se pode sair com os seus amigos antes de o fazer.	1	5	2.44	1.24	0.38	-1.05
A melhor maneira das relações funcionarem é quando uma pessoa agrada a outra.	1	5	2.69	1.11	0.30	-0.72
Nunca há uma razão válida para alguém ameaçar o/a parceiro/a.	1	5	4.49	0.86	-1.95	3.66
Às vezes, uma das pessoas não consegue evitar insultar a outra.	1	5	2.30	1.20	0.43	-1.26
Uma pessoa deve sempre mudar a sua maneira de ser para agradar o/a parceiro/a.	1	4	1.86	0.86	0.81	0.08
Uma pessoa deve sempre fazer aquilo que o/a parceiro/a lhe diz para fazer.	1	5	1.72	0.80	1.11	1.69

Uma pessoa não necessita de saber tudo o que o/a parceiro/a faz.	1	5	3.44	1.05	-0.19	-0.86
Quando alguém fica zangado, é compreensível que grite com o/a parceiro/a.	1	5	2.06	1.01	0.82	-0.11
É aceitável alguém falar mal do/a parceiro/a.	1	5	1.69	0.84	1.41	2.32
Nunca existe uma razão para alguém gritar com o/a parceiro/a.	1	5	3.68	1.24	-0.44	-1.14
Uma pessoa não deve estar com os seus amigos, caso isso incomode o/a parceiro/a.	1	4	2.02	0.91	0.73	-0.11
É importante vestir-se de acordo com o que o/a parceiro/a quer.	1	5	1.72	0.77	1.15	2.15
Uma pessoa deve terminar com o/a parceiro/a quando ele/ela lhe bate.	2	5	4.69	0.62	-2.11	4.15
Algumas pessoas merecem levar um estalo do/a parceiro/a.	1	5	1.39	0.78	2.75	8.77
Nunca é correto que alguém bata no/a parceiro/a.	3	5	4.79	0.43	-1.77	2.08
Às vezes as pessoas simplesmente não conseguem evitar dar murros no/a parceiro/a.	1	4	1.24	0.63	3.06	9.76

Não há uma boa razão para uma pessoa empurrar o/a parceiro/a.	1	5	4.36	1.16	-1.93	2.72
Às vezes as pessoas não conseguem evitar bater no/a parceiro/a quando o/a fazem ficar zangado/a.	1	4	1.37	0.79	2.33	4.74
Não há justificação para alguém dar um estalo/bofetada ao/a parceiro/a.	1	5	4,51	0.98	-2.27	4.48
Por vezes, os ciúmes fazem uma pessoa ficar tão descontrolada que ela tem que dar estalo/bofetada ao/à parceiro/a.	1	4	1.33	0.75	2.36	4.84
Pessoas que traem o/a parceiro/a devem levar um estalo/ bofetada.	1	5	1.61	0.88	1.68	3.05
Por vezes o amor faz uma pessoa ficar tão descontrolada que tem que bater no/a parceiro/a.	1	3	1.19	0.44	2.20	4.30
Uma pessoa normalmente não dá um estalo/ bofetada no/a parceiro/a não ser que o mereça.	1	4	1.39	0,75	2.11	4.04
É aceitável para alguém dar um estalo/bofetada se o/a parceiro o merecer.	1	4	1.29	0.67	2.62	6.75

Num encontro, quando uma pessoa paga, poderá pressionar o/a parceiro/a para ter sexo.	1	3	1.31	0.59	1.73	1.93
As pessoas não são donas do corpo do seu/sua parceiro/a.	1	5	4.52	0.99	-2.49	5.83
Quando uma pessoa está extremamente excitada sexualmente, não se pode conter sem ter sexo.	1	4	1.65	0.91	1.29	0.70
As pessoas nunca devem embriagar o/a parceiro/a, para poder ter sexo com ele/a.	1	5	4.71	0.68	-3.49	15.08
Uma pessoa não deverá tocar no seu parceiro/a, a não ser que este/a queira ser tocado/a.	2	5	4.56	0.75	-1.90	3.34
Não há problema se alguém forçar o/a parceiro/a beijá-lo/a.	1	5	1.50	0.88	2.01	3.66
As pessoas precisam de ser brutas com o/a parceiro/a para excitá-los.	1	4	1.45	0.69	1.39	1.26
Para provar o seu amor, é importante que o/a parceiro/a faça sexo com ele/a.	1	5	1.97	1.05	0.81	-0.34

Uma pessoa que vá para o quarto de outra, está a concordar em ter sexo.	1	5	1.69	0.95	1.31	1.02
Não há mal nenhum em pressionar alguém a ter sexo.	1	4	1.44	0.81	1.89	2.79
Não há problema pressionar uma pessoa a ter sexo, mesmo que no passado já o tenham feito.	1	4	1.35	0.67	2.05	3.97
Quando a relação está estável, nenhum/a deve forçar o/ outro/a a ter sexo.	1	5	4.58	0.75	-2.25	5.97

Anexo D

Tabela 5. Pesos Fatoriais Padronizados e Fiabilidade dos Itens da Escala ATDVS

	λ	λ^2
Violência Psicológica (VP)=~		
ATDVS_1R	0.75	0.56
ATDVS_2R	0.40	0.16
ATDVS_3	0.62	0.39
ATDVS_4	0.40	0.16
ATDVS_5R	0.60	0.36
ATDVS_6	0.60	0.36
ATDVS_7	0.65	0.41
ATDVS_8	0.47	0.22
ATDVS_9R	0.30	0.08
ATDVS_10	0.60	0.36
ATDVS_11	0.53	0.28
ATDVS_12R	0.69	0.47
ATDVS_13	0.45	0.20
ATDVS_14	0.67	0.45
Violência		
Física (VF)=~		
ATDVS_15R	0.84	0.70
ATDVS_16	0.71	0.51
ATDVS_17R	0.83	0.69
ATDVS_18	0.85	0.72
ATDVS_19R	0.70	0.49
ATDVS_20	0.85	0.73
ATDVS_21R	0.74	0.54
ATDVS_22	0.87	0.76
ATDVS_23	0.52	0.27
ATDVS_24	0.91	0.83

ATDVS_25	0.75	0.57
ATDVS_26	0.78	0.60
Violência Sexual (VS) =~		
ATDVS_27	0.77	0.60
ATDVS_28R	0.63	0.39
ATDVS_29	0.71	0.50
ATDVS_30R	0.75	0.56
ATDVS_31R	0.83	0.68
ATDVS_32	0.76	0.57
ATDVS_33	0.68	0.47
ATDVS_34	0.56	0.32
ATDVS_35	0.60	0.36
ATDVS_36	0.81	0.66
ATDVS_37	0.92	0.84
ATDVS_38R	0.79	0.63

Anexo E

Tabela 9. *Estatísticas Descritivas, Assimetria e Achatamento dos Itens das Dimensões Ameaças, Atos e Controlo*

Itens	Média	Desvio		
		Padrão	Assimetria	Achatamento
Já comentou ou expressou preferência sobre o estilo de roupa do/a seu/sua parceiro/a?	2.45	0.921	0,139	-0,453
Alguma vez sugeriu ou pediu que o seu/sua parceiro/a partilhasse consigo as palavras-passe ou acessos a redes sociais?	1.32	0.734	2,582	7,141
Alguma vez sugeriu terminar a relação como forma de expressar descontentamento numa situação de tensão?	1.52	0.814	1,526	1,548
Alguma vez expressou raiva durante uma discussão, através de gestos, bater em objetos ou portas, por exemplo?	1.56	0.752	1,184	0,757
Alguma vez conduziu com menos cuidado durante uma conversa difícil com o/a seu/sua parceiro/a?	1.43	0.7	1,686	2,518
Já utilizou gestos mais intensos ou apontou o dedo ao comunicar em momentos de conflito?	1.69	0.848	0,915	-0,206
Já notou que o que disse ou fez deixou o/a seu/sua parceiro/a visivelmente desconfortável?	2.36	0.826	0,253	0,119
Em algum momento houve contacto físico ou aproximação com o/a seu/sua parceiro/a que não foi bem recebida?	1.44	0.715	1,451	1,159
Alguma vez sentiu necessidade de saber com quem o/a seu/sua parceiro/a fala ou passa tempo?	1.93	0.993	0,969	0,459

Acredita na máxima de que “entre marido e mulher, não se mete a colher”, entendendo que assuntos relacionais devem ser resolvidos entre os envolvidos?	2.58	1.368	0,279	-1,053
Já esteve presente numa situação entre pessoas próximas onde percebeu algum comportamento tenso ou desconfortável, e pensou em intervir ou oferecer apoio?	2.63	1.019	0,045	-0,304
Já utilizou argumentos ou conversas que levaram o/a seu/sua parceiro/a a reconsiderar algo que inicialmente não queria fazer?	2.08	0.877	0,26	-0,854
Durante discussões, já tomou decisões ou atitudes mais firmes sem considerar totalmente o ponto de vista do/a seu/sua parceiro/a	2.04	0.831	0,528	-0,167
Já teve contacto com campanhas, formações ou materiais informativos sobre relações saudáveis ou violência no namoro?	2.31	1.243	0,479	-0,836
Ao pensar em relações passadas, reconhece situações em que o ambiente poderia ter sido mais saudável ou respeitador?	2.79	1.169	-0,039	-0,682
Alguma vez utilizou meios indiretos (como redes sociais, localização, perguntas a outras pessoas) para saber onde estava ou o que estava a fazer o/a seu/sua parceiro/a, sem lhe perguntar diretamente?	1.44	0.824	1,763	2,046
á reagiu fisicamente (por exemplo, empurrar ou afastar o/a parceiro/a) numa situação de tensão ou frustração?	1.29	0.627	2,245	4,489
Já acedeu ao telemóvel, redes sociais ou localização do/a seu/sua parceiro/a sem que ele/ela soubesse?	1.31	0.716	2,734	8,181

Já enviou repetidas mensagens, chamadas ou tentativas de contacto mesmo após o/a parceiro/a pedir para parar?	1.21	0.581	3,736	17,88
Alguma vez, num momento de tensão com o/a seu/sua parceiro/a, levantou a voz ou utilizou palavras ofensivas?	1.71	0.832	1,179	1,522
Durante uma discussão, já impediu fisicamente o/a seu/sua parceiro/a de sair de um local ou de terminar a conversa?	1.23	0.65	3,06	9,007
Já sentiu que o/a seu/sua parceiro/a tinha medo da sua reação em determinadas situações?	1.31	0.648	2,757	9,965
